flecho

03/de Fev.º 96 a 2004

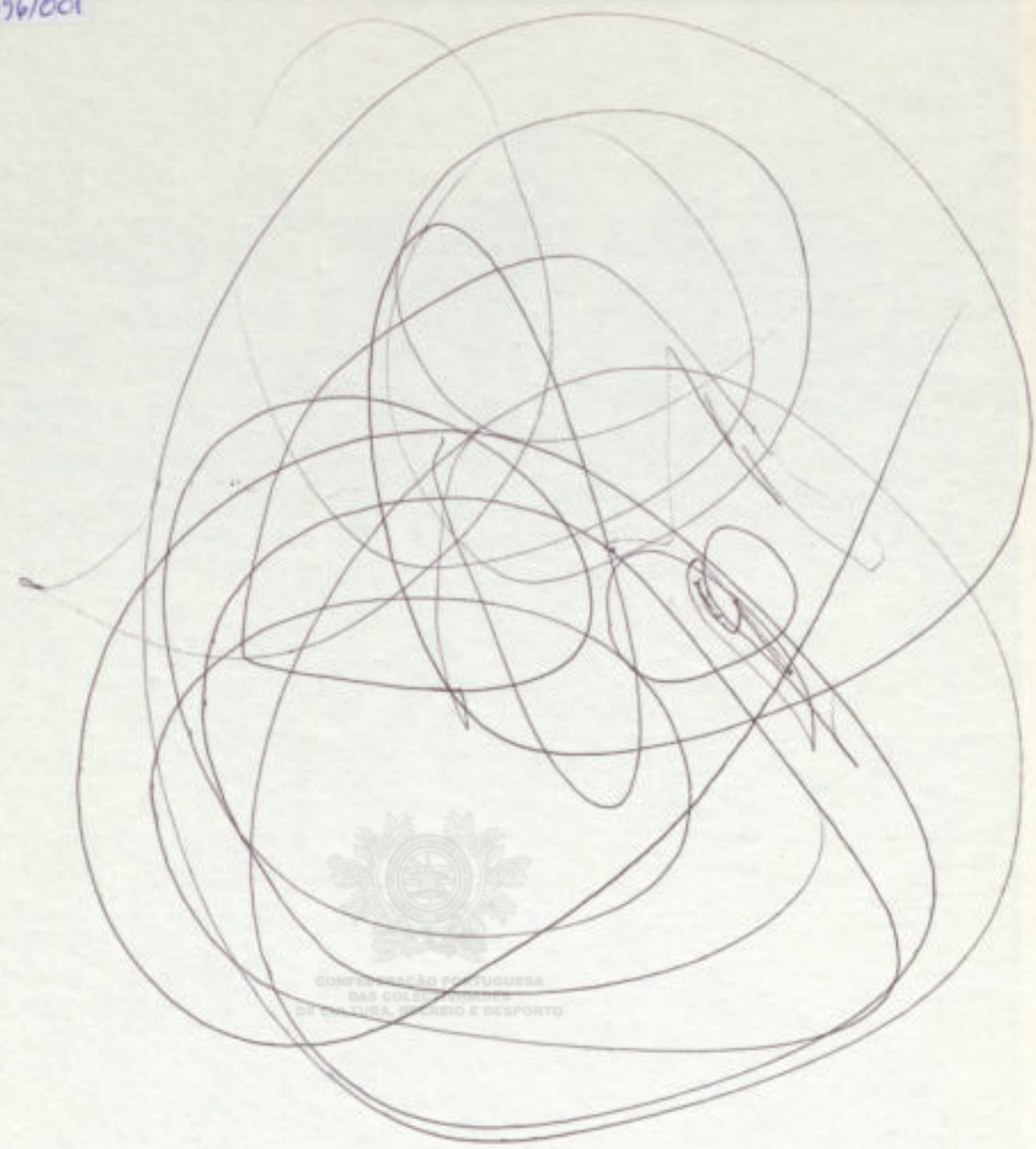
ACTAS

Assembleia Geral

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

2544/20200
166$00

IVT
1996/001



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLETIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

IVT
124

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

1996 a

- Termo de Abertura -

—— Tem este livro cem folhas devidamente numeradas e rubricadas por mim José Manuel Dourado Mendes, e serve para nele se exararem as Actas das Assembleias Gerais, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com sede em Lisboa, na Rua da Palma nº 256-A. ——

Lisboa,

O Presidente da Assembleia Geral

reuniões, nem se sabe porquê. Tanto quanto sabe ninguém tem medo do Dept.º de Bandas, e no que concerne à Revisão dos Estatutos está práticamente pronto. Apenas encalhou nos Departamentos. Tem de haver certa uniformidade entre os diversos dept.os a criar, e o primeiro a formar-se foi o das Bandas. Pensa que existe tentativas de desastibilização e que a Assembleia deveria estar confusa. Mas apelava para que as federadas deveriam continuar unidas para uma Federação mais forte. ——————————

—— 2º Soc. de Instrução Guilherme Cossul - falou da representatividade das colectividades na Federação. Pensa que os problemas pessoais perturbam na concretização dos projectos duma Direcção. Na sua opinião deve haver novos elencos e que a presente direcção se demita em bloco.

—— 3º Rancho Folclorico Podas e Vindimas - referiu-se ao trabalho de base nas Colectividades e que estas necessitam de mais informação da Federação. Que a direcção da Federação não tem possibilidades de continuar pelo que lhe foi oferecido apreciar. Quanto aos dept.os que a Federação pensa criar, por decisão do Congresso, que embora exista a Federação de Folclore era aconselhável haver na Federação um departamento de Ranchos que são colectividades, fazendo votos para que o assunto da Direcção seja resolvido o mais breve possivel. ——————————

—— 4º Clube Recreativo do Feijó - Está surpreso com tudo o que tem ouvido. Tem duvidas que haja condições para que esta Direcção possa continuar até final de '96. Diz ser necessário Plano de Actividades e Orçamento e culpa toda a Direcção pelo não aumento de quota, a discutir no nº 2 da Convocatória, que foi suspensa.

5º A Voz do Operário - Presidente Direcção Federação Apresentou desculpas pelo Presidente da sua colectividade ter abandonado a sala após declaração. Diz que a Federação fez um esforço para a implementação do Dept.º de Bandas, que dispendeu largas centenas de contos para as

despesas de representação para deslocações a vários pontos do País, nunca foi posto entraves neste sentido. Muito pelo contrário a Federação por falta de dinheiro deixou para trás acções importantes como foi a Mostra de Teatro, a Estrutura Associativa. Frizou que as divergencias existentes não são contra o Dept. de Bandas que o Vice-Presidente lidera. Chamou a atenção para o projecto Global - Plano de Acção para 3 anos, aprovado no início do mandato por todos os elementos da Direcção e que os outros elementos da Direcção, e que somente o tinham de fazer cumprir, se o queriam alterar que o dissessem.

— Aberta novas inscrições, pedivam a palavra:

— 1º Soc. Euterpe Alhandrense - esclareceu sobre o Dept. Bandas, achando sintomático o Presidente da Direcção estender o rol do que considera importante. A perspectiva do Dept. Bandas tem representatividade Institucional a partir da reunião de Santarém, já foi recebido por todos os Partidos e por um conjunto de entidades visto ser um movimento para acreditar. O Dept. aprovou o Regulamento Interno, descentralizando trabalho e dinamiza e estrutura interna. O que lhe parece neste aspecto são as divergências de estratégia de opinião com o Presidente e que a solução se encontra na aprovação dos novos Estatutos. Divulgou que algumas cartas recebidas na Federação apontam para queixas e que a Federação é para avançar. -

— O Sr. Pereira Ramos - Vice-Pres. MAG. pediu para dar um esclarecimento: diz fazer parte do Grupo que trabalhou na reformulação dos Estatutos cujo projecto estão quasi prontos. Pergunta se a Direcção já aprovou o R.G. Interno aprovado por Conselho Nacional do Dept. Diz não estar confuso e que não está a querer prejudicar o trabalho de ninguém.

2º Casa do Alentejo - Sr. Alminha - Tesoureiro da Fed., começou por dar exemplo dos poleiros e os

respectivos galos e os níveis em que cada um se deve manter. Só que na Federação todos querem o mesmo poleiro, disse. Referiu-se ao discurso do Sr. Pinho, da Soc. Bra União - 1º Sec. da Direcção, como um discurso todo carregado de cinismo. As afirmações são e não são verdadeiras. O Sr. Pinho gosta de ter um cargo para ter um poleiro e não era a sua colectividade que o impede de sair, é ele que necessita da Federação para o seu estatuto pessoal, afirmando que este só sai da Federação se lho disserem na cara que o não querem, de contrário só de muletas. Disse que o Sr. Pinho afirmou que o Dept. de Bandas foi contestado - É mentira, afirmou, e disse assumir tudo quanto estava a dizer. Aquele Dept. tem tido todo o apoio da Direcção a partir de Out., mesmo numa situação complicada da Federação. Não foi aprovado o projecto de teatro porque não havia verba, mas ao Deptº nada foi negado. Disse ser injusto o que o Sr. Pinho disse.

——— 3º Soc. Inst. e Recreio Barreirense "Os Pericheiros" - disse estar representada na Federação, na pessoa do Presidente da MAG. Lamentou que a Direcção não esteja em condições de assumir o Plano inicialmente aprovado por todos. Parece lhe existir um problema orgânico da Direcção ou seja 2 áreas - as Bandas e as outras coisas. Lamenta a divisão e não acredita em problemas pessoais; o funcionamento não é regular, existe crise de direcção, não há objectivos comuns. A solução é partir para novas eleições e que a sua colectividade está virada para a globalidade do movimento associativo. ———

——— O Presidente da MAG chamou a atenção dos Corpos Sociais a estarem presentes para uma reunião no dia 09 às 21,00 horas. Disse ser uma vergonha realizar-se uma Assembleia com uma Ordem de trabalhos que não se pode cumprir por

falta de documentos. Disse haver os Estatutos e as regras democráticas para o bom funcionamento de qualquer instituição.

Deu por terminados os trabalhos da Assembleia às 18 horas e 45 minutos, agradecendo a presença dos senhores delegados. ———————————

Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa

Presidente [illegible]

1º Secretário [illegible]

2º Secretário [illegible]

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº: 44

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e seis, das dez e trinta às dezoito horas, reuniu a Assembleia geral Eleitoral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sede social, sita na Palma, número duzentos e cinquenta e seis A, Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos Corpos gerentes da FPCCR para o Triénio mil novecentos e noventa e seis / mil novecentos e noventa e oito.

A Mesa da Assembleia geral foi constituida por:

Presidente - José Manuel Bonada Mendes

Primeiro Secretário - Serafim Alves

Segundo Secretário - José Miguel Fernandes Parada gonzalez

A Lista A foi a única concorrente.

Durante o período de eventuais deram entrada na urna sessenta votos, tendo-se registado, no respectivo livro, igual número de presenças.

Encerrado o período de votação e feito o respectivo apuramento, verificaram-se os seguintes resultados:

Votos nulos: zero.

Votos brancos: dois.

Votos na Lista A: cinquenta e oito.

Para todos os efeitos, consideram-se eleitos para o Triénio de mil novecentos e noventa e seis - mil novecentos e noventa e oito, os seguintes Corpos gerentes:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense "Os Penicheiros", representada por José Manuel Bonada Mendes.

Vice-Presidente: Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, representada por Alberto Pereira Ramos.

Primeiro-Secretário: Clube de Sargentos da Aeronáutica, representada por José Miguel Fernandes Parada gonzalez.

Segundo-Secretário: Independente Futebol Clube Torrense, representada por Serafim Alves.

Secretário Suplente: Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense

representada por António de Jesus Sousa Pereira

DIRECÇÃO

Presidente: Sociedade de Instrução e Beneficência "A Voz do Operário" representada por Alfredo Duarte Camões Flores

Vice-Presidente: Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, representada por Romeu Augusto Domingos Rosário

Primeiro-Secretário: Grupo Dramático e Recreativo "Os Lecas" representado por Artur José Simões Martins

Segundo-Secretário: Grupo Dramático Ramiro José, representado por Eva Beatriz Jesus Silva Soeiro

Tesoureiro: Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria, representada por Susete de Jesus Pacheco

Vice-Tesoureiro: Grupo União Lebrense, representado por João Bernardino Gomes Rosa

Vogal: Grupo Cultural e Recreativo do Rio de Mouro, representado por Ana Teresa dos Anjos Reis de Carvalho

Vogal: Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz-Quebradense representada por Orlando Serafim Branco da Ponte

Vogal: Vitória Clube de Lisboa, representado por Diniz do Espírito Santo Jaime

Vogal: Marítimo Lisboa Clube, representado por Fernando Pereira Duarte

Vogal: Sport Lisboa e Campolide, representado por Daniel Rodrigues Leal

CONSELHO FISCAL

Presidente: Academia Recreativa "Leais Amigos", representada por Samuel Orge Vidal

Secretário: Casa do Alentejo, representada por Manuel António Barradas Alminha

Relator: Casa do Concelho de Gouveia, representada por Orlando Bento Antunes Claro

CONSELHO GERAL

- José Manuel Dourada Mendes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- Alfredo Duarte Camões Flores, Presidente da Direcção
- Samuel Orge Vidal, Presidente do Conselho Fiscal

Vogais:

- Raul Augusto Vilar, em representação da Sociedade Musical Odivelense.
- Alexandre dos Santos Castanheira, individual.
- Carlos Alberto Bernardino de Almeida, individual.
- Fernando Sabino de Sousa, individual.
- José Maria da Silva, individual
- Mário Vasco Teixeira Barreiros, individual.

Após lavrada a presente acta, deram-se por encerrados os trabalhos, sendo afixados no átrio e junto da porta de entrada os resultados apurados.

A Mesa da Assembleia geral

Presidente - José Manuel Amado Mendes

Primeiro-Secretário - [signature]

Segundo-Secretário - [signature]

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Acta nº 45

— Aos 3 (três) dias do mes de Maio de mil novecentos e noventa e seis, pelas vinte uma horas e trinta minutos, reuniu na sua sede social na Rua da Palma duzentos e cinquenta e seis, letra A, em Lisboa, (reuniu), a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio em Assembleia Geral Ordinária.

— A Mesa foi presidida por José Manuel Dourado Mendes, Presidente da M.A.G. e por Susete de Jesus Pacheco e Serafim Alves, 1º e 2º Secretários, respectivamente.

— Foi declarada aberta a sessão pelo Presidente da M.A.G.

— Antes da Ordem de Trabalhos foi lida a Acta número quarenta e três aprovada por maioria com quatro abstenções.

— De seguida foi lida a Convocatória cuja Ordem de Trabalhos é como se segue:

— Discussão e Votação do Relatório e Contas
— da gerência do Ano de mil novecentos e
— noventa e cinco e do Respectivo Parecer
— do Conselho Fiscal.

— Foi dada a palavra ao Presidente da Direcção que informou do não funcionamento da Direcção a que levou que Acções projectadas no início do mandato não fossem realizadas. No entanto houve afirmação da Federação a nível nacional. As representações da Federação nas várias Instituições Nacionais fizeram-se a bom ritmo.

— O Sr. Alminha (Tesoureiro) explicou que as quotas da Federação não chegam para cobrir as despesas do funcionamento, o que provoca uma situação de asfixia. Apesar disso ao Dept. de Bandas não faltaram meios para a sua implementação.

O Sr. Pinho (1º Secretario) na qualidade de delegado

da Sociedade Boa União disse que o executivo de 94/96 foi um executivo de competências pessoais, e que a sua colectividade aprecia o gesto do Presidente da Direcção.

— Manifesta á sua saudação à Soc. Euterpe Alhandrense por não se ter demitido.

— O Sr. Zacarias (vice-presidente) delegado da Sociedade Euterpe Alhandrense lamentou o facto da Assembleia Geral ter sido marcada para uma sexta-feira. Não está de acordo com a análise das despesas feitas pelo Dept. de Bandas. É preciso ter uma perspectiva de "semear para colher". Há um conjunto de possibilidades para que o investimento seja recuperado.

— O Presidente da M.A.G. informou que a Assembleia foi convocada para esta data, por haver impossibilidade desta se efectuar no dia seguinte — sábado — para que a mesma se realisasse dentro do actual exercício.

— A Sociedade Filarmónica Gualdino Pais, representada por Bruno Graça — discorda de algumas referências feitas pelo Tesoureiro sobre as despesas do Dept. de Bandas, pois ele proprio fez muitos kilometros e refeições pagos por sua conta, ao serviço do Departamento. Que a Assembleia não deveria ser á sexta feira porque limita a participação das Colectividades.

— O Tesoureiro concorda com a perspectiva do Dept de Bandas só que a Federação primeiramente tem de arranjar fundos para alargar a sua actividade.

— O Presidente da Direcção — Sr. Feliciano David — disse que o Tesoureiro foi um suporte fundamental nesta Direcção e que merece um voto de louvor pela sua acção.

—A Mesa pôs à votação o Relatório e Contas do ano de mil novecentos e noventa e cinco, que foi aprovado por maioria com uma abstenção
—De seguida foi posta à votação o respectivo Parecer do Conselho Fiscal que foi aprovado por maioria com uma abstenção. ———
Seguiu-se um período após a Ordem de Trabalhos. ———
—Usaram da palavra: o Vice-Presidente da Direcção, Sr. Zacarias dizendo que o executivo das Bandas achou por bem estar presente na Assembleia para lembrar alguns aspectos que preocupam aquela estrutura e saber se podem contar ou não com a Direcção eleita; ———
—O Secretário da Direcção, Sr. Pinho, informando que os Corpos Gerentes da Zé Boa Vinda vão escrever à Federação no sentido da reinserção dos Estatutos ficar completo nos próximos noventa dias e com a nova Estrutura Associativa se proceder a eleições no prazo de noventa dias. Dão reservas aos processos desenvolvidos para as últimas eleições. A votação que tradizia a eleição é de uma Federação da grande Lisboa, pelo que tem muitas preocupações. Os Corpos Gerentes não merecem a confiança da sua Colectividade; ———
— O 2º secretário da M.A.G. disse que participou no processo eleitoral, na sua qualidade de Secretário da Mesa da Assembleia Geral e recusa que alguém faça insinuações como a do interveniente anterior. E, pergunta: então porque não se impugnaram as eleições?
—O Sr. Vilar, membro do Conselho Geral, disse que há sempre dificuldade em manter o "quorum". Esta Direcção que agora termina o

mandato personalizou demasiado os seus membros. Deviam lembrar-se que estão a representar colectividades e deviam também evitar rupturas na Direcção. Criticou o Presidente da Direcção por ter deixado chegar a esta situação;
— O Tesoureiro, Sr. Almunha, afirmou que foram ditas coisas muito graves pelo Sr. Pinho. As pessoas não são vitalícias na Federação. O Sr. Pinho gostou tanto disto que se lhe meteu na cabeça não sair da Federação; ——
— O representante da Soc. Fil. Gualdim Pais, Sr. Eng. Bruno, disse que sempre defendemos que houvesse pessoas da Federação no Dept. de Bandas. É necessário saber da disponibilidade da Federação para se discutir na Assembleia Geral a institucionalização do Dept. de Bandas; ——
— O Sr. Vilar respondeu que a Direcção pode criar os departamentos de imediato; ——
— Comissão de Reformados de Queluz, Sr. Manuel Santos, disse que há muitos anos colabora com a Direcção da Federação; falou da sua ida ao Parlamento Europeu, do qual deu uma panoramica. Ofereceu os seus préstimos à Federação;
— Representante de "A Voz do Operário" disse que os Corpos Sociais eleitos merecem o apoio da sua colectividade. Em todo o processo eleitoral foram cumpridos os pressupostos eleitorais;
— A Academia Recreio Artístico, Sr. Armando de Almeida, disse que não compreende porque é que os eleitos não estão todos presentes. Na Direcção cessante deveriam ter sido substituidos os que se demitiram, para que o Presidente não ficasse sem "quorum". ——
— Clube Recreativo dos Anjos, Sr. Adelino Vaz

disse que a sua colectividade aprovava inequivocamente a Lista "A", visto que fazemos parte de um todo. A Direcção que faça frente ao Governo em defesa das colectividades. Lembrou que este ano os Jogos Olímpicos fazem 100 anos. ———

— Ao encerrar os trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral disse que fica recomendado que as Assembleias Gerais devem ser realizadas, tanto quanto possível, aos Sábados. As eleições antecipadas realizaram-se porque as colectividades que faziam parte da Direcção cessante se demitiram, com excepção de duas. Quanto aos reparos feitos à organização da lista, disse que a Federação está sediada em Lisboa e não há uma estrutura intermédia. Este facto limita a formação das listas. É necessária uma estrutura intermédia de associações de nível distrital ou regional, que, naturalmente, alterará a composição dos Órgãos Sociais. Agradeceu a presença de todos que participaram nesta Assembleia Geral. ———

— Deu por terminados os trabalhos da Assembleia às 0 horas e 45 minutos do dia quatro de Março de mil novecentos e sessenta e seis. ———

— Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa ———

— Presidente

— 1.º Secretário

— 2.º Secretário

Acta nº 46

— Dos quatro dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e sete, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio na sede da mesma sita em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, letra A ———

— A Assembleia Geral foi presidida pela Sra Presidente da Mesa, Sr. Lucia Ramos e secretariada pelo primeiro Secretário Miguel Parada e D. Marilia Abel em representação do Grupo Amigos de Lisboa em substituição do segundo secretário eleito, que faltou por motivos profissionais. ———

— Declarada aberta a sessão, foi pela lida a convocatória pelo Presidente da Mesa em exercício, cuja Ordem de Trabalhos é a seguinte: ———

— "Discussão e Votação do Orçamento para mil novecentos e noventa e sete". ———

— Foi dada, de seguida, a palavra ao Presidente da Direcção para que fizesse a apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento, o qual disse que: - O Plano segue as conclusões do Congresso de Almada. Fez o ponto da situação das colectividades a nível nacional e que a grande linha de trabalho passa pela dinamização do Movimento Associativo. Fez referência à festa das Colectividades, bem como às dificuldades sentidas até ao momento relacionadas com a publicação do número zero da revista da Federação e a dificuldade que está sendo sentida no relacionamento com as Colectividades. Informou que foram oferecidas mais de três centenas de espadrilhas de basket às colectividades, através do apoio do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e à firma Rank Xerox. Disse ainda da necessidade de haver um aumento de quotização em face da actual receita apenas cobrir cerca de vinte por cento do Orçamento. Defendeu a necessidade de haver mais acções de formação. ———

— Seguidamente o Sra Presidente da Direcção, Sr. Ramiro Gomes,

falou sobre a situação das Casas Regionais. Realçou a importância de que se revestiu para o movimento associativo, da Festa das Colectividades. ———
— A Sessão da Direcção para a área do Teatro falou sobre diversos aspectos que afligem os grupos amadores de Teatro das colectividades. ———
— A tesoureira, D. Suzete Pacheco Pereira, apresentou de seguida o plano Orçamental. ———
— Após à apresentação do Plano de Actividades e Orçamento, foi dada a palavra aos representantes das Colectividades presentes
— O Sr. Zacarias da Cultura Alhandrense interpelou a mesa do porquê da Assembleia ser à noite e a ordem ter sido assinada pelo Presidente em exercício. Disse ainda, ser cumprido o Plano de Actividades e por que não aumentar de imediato a quotização? ———
— O Sr. Almeida, da Casa do Alentejo, disse concordar com a necessidade do aumento de quotas e abordou alguns aspectos relacionados com as Casas Regionais. ———
— O Presidente da Mesa informou o Sr. Zacarias que não sabia o porquê da Direcção ter pedido para a noite a reunião da Assembleia Geral e sobre a outra pergunta que, o Presidente eleito vai pedir a demissão e que passa para ela, via Presidente a Presidência da Mesa até haver outro presidente indicado pela Colectividade que detém o lugar. ———
— O Sr. Silva do Conselho Geral elogiou a Direcção pelo trabalho já desenvolvido, o qual denominou grande dinamismo. ———
— Não havendo mais intervenções, foi posto à votação o Plano de Actividades e Orçamento, o qual foi aprovado por unanimidade dos finte e um representantes das Colectividades. ———
— Procedeu-se depois à leitura da acta anterior, que posta à votação foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, uma contra e dez abstenções. ———
— Antes de ser dado por findos os trabalhos, o representante da Sociedade Musical Instrução e Liberdade, Sr. Carlos Dias, pediu que as Assembleias Gerais fossem aos Sábados da parte da

tarde, o que recolheu o voto favorável da maioria dos presentes.

— Nada mais havendo a tratar-se, foi dada por finda a reunião, cerca das vinte e duas horas e trinta minutos e, para que conste, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente ——— [signature] Luís Ramos

Primeiro Secretário ——— [signature]

Segundo Secretário ———

D. Maria Abel (amigos Lisboa)

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Acta nº 47

— Aos quatro dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e seis, pelas Sete e Três horas, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio na sede da mesma, sita em Lisboa na Rua da Palma número duzentos cinquenta e seis, letra A. ———

— Os trabalhos iniciaram-se sobo a presidência do Sr. Presidente da Mesa Ramos e secretariado pelos primeiros e segundos secretários eleitos, Srs. Miguel Parada e Serafim Alves, respectivamente. ———

— O Presidente em exercício leu a convocatória, onde consta a seguinte Ordem de Trabalhos: ———

— "Discussão e Votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer Fiscal, dizer, do Parecer do Conselho Fiscal, referente ao ano de mil novecentos e noventa e seis." ———

— Foi dada a palavra ao Presidente da Direcção que apresentou, em traços largos, o Relatório e Contas, sito o mesmo ter sido distribuído por todos os delegados das Colectividades presentes, escusando-se para responder às perguntas que os mesmos entendam formular.

— O Secretário do Conselho Fiscal - Sr. António Almeida, leu em seguida o Parecer do Conselho Fiscal que aponta para que o mesmo seja aprovado. ———

— Dada a palavra aos delegados presentes, o representante da Sociedade Industrial, dizer, Sociedade de Instrução Musical Cruz Quebradense, Sr. Fernando Afonso disse que: "da análise dos documentos apresentados, verifica-se que houve uma gestão correcta e de acordo com os objectivos traçados no plano anterior." ———

— Não havendo mais intervenções por parte dos delegados presentes, o Presidente da Mesa pôs à votação o Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, os quais foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar-se, foi dada por finda a reunião da Assembleia Geral às Sete horas e Trinta minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. ———

Presidente ——— Ramos Ramos

Primeiro Secretário ———

Segundo Secretário ———

Acta Nº 48

Aos oito dias do mês de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, pelas dezasseis horas, na sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, reuniu-se a Assembleia Geral da mesma federação, em sessão extraordinária.

Devido à falta justificada do segundo secretário de mesa, o Presidente convidou a delegada da Sociedade Boa União - Dina Ana Gonçalves para preencher a referida falta, a qual foi aceite pelos delegados presentes. Assim, a Mesa de Assembleia Geral foi constituída pelo seu Presidente, Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho e secretariada pelo Primeiro Secretário - Senhor José Miguel Fernandes Parada Gonzalez e por Dina Ana Gonçalves.

Antes de entrada na Ordem de Trabalhos, o Presidente concedeu trinta minutos para a apresentação de assuntos estranhos à própria Ordem de Trabalhos.

Neste período, interveio o Vice Presidente da Direcção - Senhor Romeu do Rosário para informar sobre a acção de solidariedade para com a população do Alentejo, vítimas das recentes cheias, iniciativa da Casa do Alentejo e com a colaboração da federação.

O Presidente da Direcção apresentou uma Moção, de apoio às vítimas alentejanas, a qual foi admitida por unanimidade. Posta à discussão, a mesma sofreu uma remodelação, dito reformulação, após o que foi posta à votação a seguinte:

Moção

'Dada a tragédia provocada pelo violento temporal que assolou o País, nomeadamente o Sul, o Ribatejo e a Ilha de S. Miguel e que causou dezenas de mortos, para além de inúmeros feridos e elevados prejuízos materiais para as populações e às Colectividades, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, reunida no dia oito de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, presta a sua homenagem aos mortos e manifesta a sua solidariedade a todos quantos sofreram os efeitos deste

a Pacificidade.

— A Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio:

que foi aprovada por unanimidade dos delegados presentes, após o que o Presidente da Mesa propôs um minuto de silêncio, que foi por todos cumprido.

— Pelo Primeiro Secretário foi lida a convocatória da Assembleia Geral, da qual consta a seguinte:

Ordem de Trabalhos

— Um - Apreciação e votação de uma proposta da Direcção para a criação de uma Confederação de Colectividades, entre a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e a Federação das Colectividades do Distrito do Porto.

— Dois - Apreciação e votação de uma proposta da Direcção sobre a actualização da quotização.

— Seguidamente foram lidas pelo Primeiro Secretário as Actas números quarenta e seis e quarenta e sete, as quais foram postas à votação digo aprovação individualmente. Assim, a acta número quarenta e seis foi aprovada por maioria de vinte votos e três abstenções; acta número quarenta e sete aprovada por maioria de vinte e dois votos e uma abstenção.

— Pela Segunda Secretária foi lida a correspondência enviada pelas seguintes Colectividades: - Casa do Concelho de Tomar; Associação Desportiva Recreativa da Quinta de S. Pedro; Associação de Reformados e Pensionistas Idosos da Freguesia de Queluz; Sociedade Boa União e Senhor Alexandre dos Santos Castanheira, delegado do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro.

— O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção para este apresentasse a Proposta da Direcção, constante no ponto um da Ordem de Trabalhos, e que é a seguinte:

Proposta

— Considerando que:

— Um - A estruturação do Movimento Associativo Popular em

Todo o Território Nacional é, para além de uma necessidade há muito sentida, uma exigência do Congresso do Associativismo Realizado em Almada em mil novecentos e oitenta e três.

— Dois - Hoje há uma diferença evidente em áreas associativas que levaram à criação, um pouco por todo o País de Associações, Federações, Fóruns, etc. das Colectividades, e a Federação, por vocação própria, cumpre-lhe unificar todas as formas do Movimento Associativo que se encontre à margem das estruturas da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

— Três - Só uma forte estrutura associativa está em condições de fazer frente aos desafios da sociedade de hoje e de se constituir um parceiro social respeitado que pode interferir activamente na definição de critérios de apoios transparentes, assim como nas políticas para o lazer, do desporto e cultura populares, tanto a nível local como a nível nacional.

— Quatro - A Federação das Colectividades do Distrito do Porto está plenamente de acordo que se efectue o mais rapidamente possível com o processo de reestruturação quanto a nós, a única forma de revitalizar o Movimento Associativo.

Assim, Propõe-se:

— Um - Que a Assembleia Geral aqui reunida, aprove a constituição da Confederação Portuguesa das Colectividades, entre a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e a Federação Distrital das Colectividades do Porto, como primeiro e importante passo no sentido do fortalecimento do associativismo de raiz popular.

— Dois - Que a Assembleia Geral mandate a Direcção para elaborar em conjunto com a Federação Distrital das Colectividades do Porto, os estatutos da Confederação Portuguesa das Colectividades, proceda à sua legalização e indique os representantes da Federação Portuguesa das

Colectividades de Cultura e Recreio de Comissão Instaladora".

— O Presidente de Direcção, Senhor Alfredo Flores, explanou em traços largos o que leva a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio a propor a constituição da Confederação das Colectividades Portuguesas.

— Entrou-se de seguida na discussão da referida proposta, tendo iniciado a mesma o delegado de:

— Academia Recreativa Juventude Almadense, senhor Ferreira Ramos, que fez um breve historial sobre o que levou à cisão entre a Federação Nacional e a Federação Distrital do Porto. Tem o movimento associativo tido várias vezes a tentação de dividir o movimento associativo, sendo que esta tentação de divisão tem sido feita através das Camaras Municipais que estão nas mãos dos politicos, e que eu não entender as Colectividades não devem estar nas mãos dos politicos, deve ser sim um movimento independente do poder politico. Disse que em nome de sua Colectividade e seu pessoal, dar todo o apoio a esta iniciativa da Direcção da Federação.

— Clube Recreativo do Lavradio - senhor Geraldo Lourenço que deu uma achega à intervenção do delegado anterior, disse também que para o Congresso de Almada tinha sido convidado o poder eclesiastico e que tinha tido a grata surpresa de ver presente o Bispo de Setubal.

— Sociedade Musical Odivelense, senhor Raul Vilar frizou a necessidade de ser feita esta Confederação. A ele não lhe faz confusão a federação que está na força principal pelas Camaras Municipais.

— Clube dos Sargentos da Força Aérea, senhor Miguel Parada, disse que o que está em causa neste movimento, é se a Assembleia aprova ou não a criação de Confederação, recandatando a Direcção para proceder à sua constituição e legalização em conjunto com a Federação Distrital das Colectividades do Porto.

— Grupo Recreativo Coutadense - senhor Francisco Pedro que, quando se pretende unificar e fortalecer um movimento, aparecem sempre

Anti-corpos para contrariar sempre este movimento.

— Sociedade Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense, senhor Fernando Afonso disse estar a Direcção da Federação a fazer um bom trabalho e que há necessidade de ser fortalecido o movimento associativo de base popular a nível nacional, pelo que concorda com a criação da Confederação.

— O Presidente da Direcção - senhor Alfredo Flores disse que as duas federações não perdem de forma alguma a sua personalidade jurídica, mas que pesem a ter uma estrutura conjunta. Com esta estrutura poderá tornar-se num parceiro social forte e audível junto do poder central. Não há que ter quaisquer receios da federação Distrital do Porto, pois que a mesma está de pleno acordo com este projecto.

— Sociedade de Instrução e Recreio Bonfarense - senhor Bernardino Vieira, disse que um parceiro social forte e representativo do movimento associativo, terá muito peso nas decisões do poder central. A Sociedade de Instrução e Recreio Bonfarense está de acordo com esta proposta e dá todo o apoio à concretização da mesma. O projecto de estatutos deverá ser melhorado em conjunto com a federação Distrital do Porto.

— Biblioteca dos Empregados da Sociedade Geral - senhor João Henriques disse ser a Confederação um orgão de cúpula do movimento associativo e não há que ter quaisquer receios, pois que ambas as federações continuarão a ser o que são no presente.

— Casa do Concelho da Figueira da Foz - senhor Horácio Oliveira concorda com a criação da Confederação, pois que esta poderá ser o parceiro forte e representativo tão necessário ao movimento associativo.

— Marítimo Clube de Lisboa, senhor Celestino Fernandes disse estar na altura de Assembleia aprovar ou não a proposta apresentada pela Direcção e havia quaisquer outros assuntos

——Sociedade de Instrução e Recreio Desportivo, Senhor Bernardino Vieira disse que o primeiro Congresso que venha a realizar-se após a instalação da confederação terá de resolver questões que não possam ser contempladas. Nós pretendemos criar uma estrutura que se constitua em parceiro social. Os estatutos apensos à proposta de criação da Confederação, são apenas o necessário para a legalização da mesma.

——Terminada a discussão, o Presidente da Mesa pôs a proposta à votação na generalidade, a qual foi aprovada por unanimidade e seguidamente na especialidade, ponto a ponto, Tendo ambos sido aprovados, Também, por unanimidade.

——Dada a palavra ao Presidente da Direção, este apresentou a seguinte:

Proposta

"Considerando que:

— A quota a pagar pelas Ligas filiadas, no valor de dois mil escudos/ano, está em vigor desde mil novecentos e oitenta e oito;

— Esse valor está totalmente desajustado, em virtude do tempo decorrido;

— O montante global da quotização arrecadado anualmente, Como bàsicamente cerca de vinte e cinco por cento das despesas correntes;

— A expansão das actividades, nomeadamente a estruturação da Federação e do movimento associativo, exigem mais recursos financeiros:

——Propomos, depois de ouvido o parecer de todos os órgãos sociais, que:

Um - A quota anual passe para o mínimo de dois mil escudos;

Dois - A jóia de inscrição passe dos actuais seiscentos escudos para mil escudos;

Três - Caso esta proposta seja aprovada, tenha efeitos a

partir do dia um de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito".

Constante do ponto dois da Ordem de Trabalhos, explicando que actualmente a receita de quotização apenas contempla vinte e cinco por cento do orçamento da Federação.

Que os valores propostos já são praticados pela Federação das Colectividades do Distrito do Porto à cerca de Três anos.

Iniciou-se a discussão desta proposta, com a intervenção do delegado do:

— Clube Recreativo Cruz de Pau, senhor Geraldo Lourenço disse ser da opinião de que o valor da quotização há muito deveria ser sido aumentado. Talvez as anteriores Direcções pensassem que teriam, assim, um aumento de colectividades federadas.

Mesmo assim, algumas Direcções anteriores tinham apelado às colectividades que pudessem, aumentassem de motu próprio o valor das suas quotizações, o que algumas fizeram.

— Sociedade Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense, senhor Fernando Afonso disse que, em mil novecentos e oitenta e oito as colectividades tinham visto uma redução das taxas devidas a R.T.P. por serem federadas na Federação. E agora? Algumas colectividades trão achar um aumento em termos percentuais de cem por cento, elevado. Esta proposta em discussão, deveria ter sido enviada às colectividades antes da realização da Assembleia Geral.

— Biblioteca dos Empregados de Sociedade Geral, senhor João Henriques disse já fomos uma colectividade forte, apesar de sermos apenas biblioteca. Hoje ninguém quer lêr livros. A nossa receita de quotização baseia-se em valores quase inexistentes. Terão de repensar se poderão continuar a serem federados, visto as receitas serem muito diminutas.

— Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense, senhor

Bernardino Vieira disse que - Sociedade de Instrução e Recreio Borreirense concorda com a proposta da Direcção.

— O Presidente da Direcção, Senhor Alfredo Flores disse lamentar que alguma colectividade não possa acompanhar o aumento proposto, mas que infelizmente não há outra possibilidade de fazer face às despesas da federação.

— Encerrada a discussão, o Presidente da Mesa pôs a proposta à votação na generalidade, que foi aprovada por unanimidade. Seguidamente foi a mesma proposta posta à votação ponto por ponto, na especialidade, tendo todos sido aprovados, igualmente, por unanimidade.

— A Sociedade de Instrução e Recreio Borreirense, pelo seu delegado Senhor Bernardino Vieira, apresentou uma proposta que visa habilitar a Direcção a proceder à legalização e consequente escritura notarial da Confederação Portuguesa das Colectividades.

— Posta à votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade a seguinte:

Proposta

— "Considerando a urgência na implementação das medidas aprovadas na Assembleia Geral de dito de Novembro de mil Novecentos e noventa e sete, realizada na sede da federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, propomos que a Mesa da Assembleia Geral fique mandatada para elaborar e aprovar a respectiva acta.

— Antes da votação desta proposta, foi lida a minuta da acta, que mereceu a unanimidade dos delegados presentes."

— O Presidente da Mesa pôs, então a referida proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às dezoito horas e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada pelos membros que compuseram a Mesa, vai ser toda por todos assinada e por mim José Miguel Fernandes Parada Gonzalez.

Primeiro Secretário pro tempore.

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Acta nº 49

——— Dos sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e sete, pelas quinze horas e trinta minutos, em segunda convocação, por não estarem ainda presentes o número legal de Federadas para o seu início, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Ruthia e Recreio na sua sede sita em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, Loja A, sob a presidência do seu presidente Senhor Engenheiro Carlos Carvalho e secretariada pelas Senhoras Miguel Parada e Serafim Alves, primeiro e segundo secretários, respectivamente.

——— Os trabalhos iniciaram-se com a leitura da convocatória pelo presidente, seguida da leitura de diversa correspondência, pelo primeiro secretário.

——— Da convocatória constava a seguinte ———

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único - Discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito. ———

——— Antes da ordem de trabalhos, o presidente concedeu um período de trinta minutos, tendo intervindo os delegados das federadas abaixo indicadas, que disseram: ———

"Clube Recreativo de Alhandra" - Parece haver uma cada vez menor participação de delegados às Assembleias Gerais da Federação. Existirá algum divórcio Federadas/Federação? As estruturas mudam, mas as pessoas mantêm-se. Nota-se uma cada vez maior partidarização da Federação. Nenhum dirigente associativo deveria estar filiado em partidos políticos.

"Os Pastorinhos do Carvalho Geral" - A Federação deve apoiar qualquer projecto de interesse para o associativismo, independentemente do partido político que o apresente. Nenhum partido fez críticas ao projecto. ———

"Vice Presidente da Direcção" — Se nenhum dirigente associativo pudesse participar na política, então os militares, funcionários públicos e outros, também não deveriam ter participação política. ———

"Rua Quebradense" - A Federação tem sido um barómetro de consciências das colectividades. ———

"Gaiense" - O texto deveria ter sido aprovado na generalidade. Não temos dificuldades em arranjar directores, havendo necessidade de serem aceites, às vezes, aqueles que se disponibilizam, ainda que não os mais competentes.

"Vice Presidente da Direcção" - A Direcção reuniu-se com todos os grupos par

parlamentares no sentido de os sensibilizar para a necessidade de haver legislação própria para o associativismo. Inclusivé o PSD concordava com o projecto apresentado pelo PCP, só que no momento da sua votação na Assembleia da República, não votou favoràvelmente, por questões políticas. O projecto foi discutido com as federadas pelo anterior executivo. A Federação apoia qualquer medida legislativa para o movimento associativo, independentemente do partido que a apresente.

— Terminado este período, o presidente da Direcção apresentou o Plano de Actividades e Orçamental para mil novecentos e noventa e três, dizendo que o mesmo segue a linha de orientação do anterior, sendo que a cobrança não cobria cinquenta por cento das despesas fixas, havendo a necessidade de pensar-se apoios para o restante. Seguidamente fez uma breve análise, remetendo a informação mais detalhada para as pergentas que a Assembleia entenda fazer.

Clube Recreativo Alhandrense - O que são despesas com cobranças? Parabéns pelo EcoAssociativo. —

Tesoureira da Direcção - Despesas com cobranças, são a percentagem paga ao cobrador que faz a cobrança de quotas na área da grande Lisboa e arredores. —

1º Presidente do Conselho Geral - Faltam algumas áreas específicas no Plano de Actividades, como por exemplo teatro, bandas, dia mundial da música, comida da Liberdade. —

Vice Presidente da Direcção - A revista Ecoassociativo deve ser promovida, havendo a necessidade de ser mantida e procura-se contar com a colaboração das federadas. —

Sopal área Teatro - No ano transacto o projecto para o teatro foi devidamente planeado, ficando ainda algo para o ano seguinte. Foi criado um banco de dados sobre grupos de teatro. As actividades concretas são a realização de encontros e mostras, pelo menos em Lisboa. —

Cruz Quebradense - Para um orçamento que duplicou em relação ao do ano passado, o plano de actividades é pouco explícito. Deveria conter mais e melhor explicação do trabalho a desenvolver. Na EXPO a Federação foi ou vai ser? Nada consta no Plano de Actividades. —

Presidente da Direcção - A animação da EXPO sai da responsabilidade dos países participantes. A EXPO apenas será responsável na falta desses

paises. Quanto ao projecto ser pequeno, deve-se ao facto de os dirigentes da Federação estarem aqui em regime pós-laboral. O movimento associativo tem carências, mas não está moribundo. Os dirigentes são voluntários e temos consciência dos nossos limites ——

Casa do Alentejo - O que o presidente acabou de dizer é uma realidade. Deveria constar no Plano de Actividades informação quanto ao que é intenção da Direcção fazer. Mas ao levarmos ao conhecimento das Direcções das nossas colectividades, elas vão dizer que a Federação não vai fazer nada. As intenções deveriam constar no Plano de Actividades. ——

Gaiense - O que é a Montra de Lisboa? ——

Tesoureira da Federação - A Federação tem alguns protocolos de colaboração com o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa. Prestamos alguns serviços administrativos e com o Pelouro da Juventude, idem. Esses serviços são pagos como subsídios a esses mesmos serviços prestados.

Clube de Campesino - É intenção do Eloassociativo publicar os Planos de Actividades e Orçamentar? ——

Presidente da Mesa da Assembleia Geral - Sugere que a Direcção, na próxima Assembleia Geral, apresente um documento complementar ao Plano de Actividades, com a explicitação mais detalhada das actividades que pretende levar a efeito. ——

— Terminada a discussão dos documentos em análise, foram os mesmos postos à votação, os quais foram aprovados por unanimidade.

— Nada mais havendo a tratar-se foi encerrada a Assembleia Geral e, para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada pela Assembleia, vai pelos membros a Mesa ser assinada e por mim, Miguel Parada, primeiro secretário, que a subscrevi. ——

Presidente —

Primeiro Secretário —

Segundo Secretário —

Serafim Alves

José [illegible] Parada Gonzalez

Acta Nº 50

— Aos vinte oito dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e oito, pelas quinze horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não estarem presentes a maioria das federadas presentes, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Desenho, em sessão extraordinária, na sede da mesma, sita em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, letra "A", sob a presidência do seu Presidente Eugenio Carlos Fernando Moreira de Carvalho e secretariada pelo primeiro secretário José Miguel Fernandes Parada Gonçalves. Devido à ausência do segundo secretário, o presidente da Mesa convidou para exercer as mesmas funções, o delegado da S.J.R.B. "Os Perinchêros" - Senhor Bernardino Vieira

— Os trabalhos iniciaram-se com a leitura da convocatória, onde constava a seguinte Ordem de Trabalhos:

— Ponto um - Preenchimento das vacaturas em cargos da Direcção de acordo com o número três do Artigo vigésimo sexto dos Estatutos.

— Ponto dois - Análise de documento complementar do Plano de Actividades de mil novecentos noventa e oito.

— De seguida, no período antes da ordem de trabalhos, o presidente concedeu trinta minutos para apresentação de questões alheias à referida ordem trabalhos.

— Usou da palavra o delegado do Clube Recreativo de Redonças para perguntar à Direcção o que se passava com os FAX, pois que a sua colectividade ainda o não tinha recebido.

— O Vice presidente da Direcção informou de que a firma RANK XEROX ainda não procedeu à entrega da totalidade dos FAX e que se ia inteirar de quando os mesmos seriam entregues, para posterior informação à Colectividade.

— Não havendo mais intervenções, entrou-se no ponto um da Ordem de Trabalhos, tendo intervido os delegados das federadas a seguir indicadas, começando o Presidente da Direcção por explicar os motivos das substituições, as quais se ficam a dever à ausência definitiva dos representantes de algumas colectividades desde o início e de outros que desistiram a meio do mandato.

— Posta à votação a ratificação das colectividades indicadas pela Direcção, foram as mesmas aprovadas por maioria com uma abstenção. Assim as colectividades que passam a preencher as vacaturas existentes na Direcção, são: Sociedade Musical Ordem e Progresso e a Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeira, representadas respectivamente pelos Doutores Luís Macarico e Maria João Santos.

— Apresentado para análise o documento a que se refere o ponto dois da Ordem de Trabalhos, o mesmo mereceu os comentários das delegadas das seguintes federadas:

Futebol Clube Amadora - Estranha que tendo sido aprovado em Assembleia Geral o Plano de Actividades e tendo ficado a Direcção obrigada a apresentar um documento complementar, que o mesmo não seja presente e sim, o documento já aprovado com algumas alterações.

Casa do Alentejo - De facto deveria estar em análise um documento complementar e não o documento original acrescentado.

Sociedade Instrução Musical Escolar Quiz Quebradense - No documento aprovado não constavam situações que constam do actual.

Clube Estrela Campismo e Caravanismo - Talvez o documento apresentado agora, devesse ter título diferente em relação ao aprovado, com as alterações introduzidas com tipo de letra diferente, para melhor leitura e compreensão.

Presidente da Direcção - Pensa que o problema resida no facto de as alterações não constarem em tipo de letra diferente, pois concorda ser difícil a comparação simultânea dos dois documentos.

— Findo este período, o Presidente da Assembleia lembrou que o documento agora presente, era-o para análise apenas, pois que o Plano de Actividades fora já, anteriormente aprovado em Assembleia Geral. Assim, em nome da Assembleia, recomenda-se à Direcção que elabore uma adenda ao documento anteriormente aprovada, fazendo a sua distribuição por todas as federadas, para conhecimento.

— Nada mais havendo a tratar-se, foi dada por finda a Assembleia Geral por volta das dezasseis horas e trinta minutos. Para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai pelos membros da Mesa ser assinada e por mim José Miguel Fernandes Parada Gonzalez, Primeiro Secretário, que a escrevi.

Presidente -
Primeiro Secretário -
Segundo Secretário -
[illegible]

José Miguel Parada Gonzalez

Acta nº 51

Aos vinte oito dias do mês de Março de mil novecentos noventa e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio em sessão ordinária e em segunda convocação por à hora marcada não se encontrarem a maioria das federadas, na sua sede social, sita em Lisboa, na Rua da Palma número duzentos e cinquenta e seis, letra "A", sob a presidência do seu Presidente Eugenio Carlos Fernando Moreira de Carvalho e secretariada pelo Primeiro Secretário José Miguel Fernandes Parada Gonzalez. Devido à ausência por motivos profissionais do Segundo Secretário, o Presidente da Mesa convidou o delegado da S.J.R.B. "Os Perninsetinos" - Senhor que aceitou e sem contestação por parte dos delegados das federadas presentes.

De seguida o Presidente da Mesa leu a convocatória onde constava o seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto unico - Discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de mil novecentos e noventa e sete.

Após a leitura da convocatória, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Vice Presidente que, em traços largos, apresentou o Relatório de Actividades e a Tesoureira apresentou o Relatório de Contas. Ainda a apresentação dos documentos referidos, o Conselho Fiscal, através do seu Relator Sr. Alumina interveio para dizer que se o Conselho Fiscal acompanhou o trabalho da Direcção e é unanime em dar um parecer favorável à aprovação por parte da Assembleia Geral dos relatórios em discussão. O delegado do Clube Reactivo Cruz de Pau pergunta qual tinha sido a reacção das Colectividades à proposta e consequente aumento de quotas apresentado pela Direcção. A esta questão respondeu a Tesoureira da Direcção dizendo que se apesar do número de colectividades presentes na Assembleia Geral que aprovou o aumento da quotização ter sido em número reduzido, todas foram informadas por circular enviada, não havendo até ao momento qualquer reacção negativa.

Interveio o delegado do Futebol Clube Atlético da Amadora para dizer que os documentos apresentados deveriam estar assinados e perguntar se alguma

das colectividades que se haviam federado, alguma desistia. O delegado do Grupo Musical Desportivo nove Abril de Tragonce disse que as Direcções têm a obrigação de arranjarem dinheiro para as despesas. Propõe um louvor à Direcção pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano. Também o delegado do Clube Estrela Pampinho e Caravanismo interveio dizendo se julgo ser prática nas colectividades a divulgação dos relatórios na imprensa própria, pelo que espero que estes documentos mereçam a devida divulgação no Eloassociativo. Por último interveio o Presidente da Direcção para agradecer a presença de todos os delegados das várias federadas e, se algo foi feito, foi-o porque o movimento associativo tem colaborado.

— Terminada a apresentação e discussão dos documentos em apreciação, foram os mesmos postos à votação pelo Presidente da Mesa, a qual forneceu o seguinte resultado:- Os Relatórios de Actividades e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho, aprovados por unanimidade.

— Posto à votação o voto de louvor à Direcção proposto pelo delegado do Grupo Musical Desportivo nove de Abril de Tragonce foi aprovado por unanimidade.

— Nada mais havendo a tratar-se foi dada por finda a reunião por volta das dezoito horas. Para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai pelos membros da Mesa ser assinada e por mim, José Miguel Fernandes Parada Gonçalves que a escrevi.

— Presidente -

— Primeiro Secretário -

— Segundo Secretário -

Permitindo

Acta Nº 52

——— Aos dezanove dias do mês de Dezembro de mil novecentos noventa e oito, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu-se a Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede sita em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos cinquenta e seis, letra A, sob a presidência do seu Presidente Engenheiro Carlos Fernando Marques de Carvalho e secretariada por José Miguel Fernandes Parada Fanadas e Serafim Alves, respectivamente primeiro e segundo secretários, e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

——— Ponto único - Discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e nove.

——— Os trabalhos iniciaram-se com a leitura da convocatória e verificação dos delegados presentes, verificando-se a presença de vinte e três delegados e sendo convidado pelo Presidente, a concessão de trinta minutos, dia, disse, antes da discussão do ponto único da Ordem de Trabalhos, tendo o Presidente dado a palavra ao delegado da Sociedade de Beato que pergunta para quando a mudança da sede da Federação e em que condições? Interveio o Presidente da Direcção prestando os esclarecimentos pretendidos sobre actividades associativas não constantes no Plano de Actividades, disse, Orçamental. Informou também a Assembleia de que o INATEL pretende criar Salões Federação de Bandas, o que não é admissível no movimento associativo e que a Direcção aprovara um documento esclarecendo sobre esta intromissão do INATEL no movimento associativo a ser distribuído à comunicação social.

——— Após várias intervenções, depois de tomado conhecimento do conteúdo do referido documento, a Assembleia disse apoiar a Direcção na posição assumida contra esta intromissão do INATEL no Movimento Associativo

——— Seguiu-se o ponto único constante da Ordem de Trabalhos, tendo o Secretário da Direcção apresentado o Plano de Actividades e o Presidente da Direcção o Plano Orçamental.

——— Seguiu-se a discussão dos documentos em análise, intervindo o delegado do Clube dos Sargentos da Força Aérea para perguntar à Direcção se os seus membros pretendem continuar no próximo mandato, pois se assim for, os Planos de Actividades e Orçamental têm razão de serem discutidos e vota

dos, caso contrário, não, pois que os seus aprovados obrigará a que uma nova Direcção proponha ratificação em Assembleia Geral, pois poderá ter outra linha de actuação. ———

—Respondendo, o Presidente da Direcção disse que a maioria dos actuais membros da Direcção propõem-se continuar. O Vice Presidente interveio também, dizendo que "organizar é estruturar o movimento associativo de acordo com a vontade das colectividades. A estruturação da Federação está a dar os seus frutos, pois é um trabalho sério, honesto e concreto.

—Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação os documentos em discussão, os quais foram aprovados por unanimidade. ———

——Nada mais havendo a tratar-se, foi dada por finda a reunião pelas dezasseis horas. Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, vai pelos membros da mesa ser assinada e por mim José Miguel Fernandes Parada Carvalho, primeiro secretário que a escrevi.

— Em devido tempo: onde se lê na segunda linha "se reuniu-se a Direcção da..." deverá ler-se "se reuniu-se a Assembleia Geral da..".

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário

Acta Nº 53

— Aos vinte dias do mês de Março de mil novecentos noventa e nove pelas quinze horas e trinta minutos, na sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, sita em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, Loja A, reuniu-se a Assembleia Geral da mesma Federação, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente Eugenio Carlos Fernando Moreira de Carvalho e secretariado pelos primeiro e segundo secretários, respectivamente José Miguel Fernandes Parada Gonzalez e Serafim Alves.

— Verificado o preenchimento de trinta e uma federadas e após a leitura da convocatória, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por aberta a reunião.

— Da convocatória constava a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Ponto único - Discussão e Votação do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao ano de mil novecentos e noventa e oito.

— Pelo primeiro secretário foi lida alguma correspondência, dirigida à Assembleia Geral, após o que foi lida pelo primeiro secretário a acta da Assembleia anterior, a qual foi votada por unanimidade, como estando conforme, pelas federadas presentes.

— O Presidente da Mesa concedeu trinta minutos para haver de assuntos não constantes da Ordem de Trabalhos, tendo intervido:

Presidente da Direcção: - Informou que vão ser feitas obras de beneficiação nas instalações cedidadas pela Câmara Municipal de Lisboa, prevendo-se que a mudança se processe durante o próximo mês de Agosto.

Vice Presidente da Direcção: - Apelou, uma vez mais, à participação das federadas no envio de notícias, artigos ou outros, para a redacção de O Elo Associativo.

Tesoureiro da Direcção: - Informou uma vez mais as federadas de que a Federação tem um programa de rádio na Rádio Renascença, intitulado A Hora das Colectividades e de que as federadas interessadas em participar no referido programa, deverão contactar os serviços administrativos da Federação.

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos.

— O Presidente faz uma breve apresentação do Relatório de Actividades, pois o mesmo tendo sido distribuído a todas as federadas presentes, não havia necessidade de o mesmo ser lido. Disse que, apesar de uma certa fragilidade na composição inicial da Direcção (falta de alguns elementos por razões varias) o trabalho desenvolvido pautou-se pelo máximo possível.

— Intervieram de seguida os representantes das federadas presentes que disseram:

Sport Lisboa e Lapa: «não se pode discutir documentos recebidos em cima da hora, pois os mesmos deveriam ter sido enviados atempadamente, pois não existem possibilidades de um aprofundamento e análise dos mesmos»

Academia Almadense: «o problema atrás exposto é presente, só que enviar estes documentos a todas as federadas tem custos incomputáveis. Que a prática é de facto a entrega dos documentos no acto da Assembleia Geral. Compreendo que era bom que as Colectividades em reunião de Direcção analizassem os documentos para que os delegados, devidamente instruídos, pudessem intervir mais activamente e já com um sentido de voto das suas colectividades.»

Cruz Quebradense: «Da análise dos documentos em apreço, nota-se que houve trabalho válido, o qual é demonstrado pelo próprio Parecer do Conselho Fiscal.»

— Não havendo mais intervenções, foi lido o Parecer do Conselho Fiscal pelo Vice Presidente da Direcção, devido à impossibilidade de estarem presentes os membros do Conselho Fiscal, após o que, pelo Presidente da Mesa foram os referidos documentos postos à votação. Os mesmos foram aprovados por unanimidade.

— Nada mais havendo a tratar-se, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia Geral às dezaseis horas e trinta minutos.

— Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada e por mim José Miguel Fernandes Parada Gonzalez, primeiro secretário que a escrevi.

Eng.º
Parada
Serafim

Acta nº 54

— Aos dezassete dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e nove, das dez horas e trinta minutos às dezoito horas, reuniu-se a Assembleia Geral Eleitoral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede social, sita em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, letra A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Eleição dos Corpos Gerentes da FPCCR para o triénio de mil novecentos e noventa e nove barra dois mil e um.

A Mesa da Assembleia Geral Eleitoral foi constituída por:

Presidente - Eugenhio Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Primeiro Secretário - José Miguel Fernandes Parada Gonzalez

Segundo Secretário - Serafim Alves

— A lista "A" foi a única lista concorrente.

Durante o período do escrutínio deram entrada na urna sessenta e sete votos, tendo-se registado no respectivo livro, igual número de votos, digo, de presenças.

— Encerrado o período de votação e feito o respectivo apuramento, verificaram-se os seguintes resultados:

— Votos nulos - zero.

— Votos brancos - zero.

— Votos na lista, branc, digo "A" - sessenta e sete.

Para todos os efeitos, consideram-se eleitos para o triénio de mil novecentos e noventa e nove - dois mil e um, os seguintes Corpos Gerentes:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense (Perrichinos), representado por Carlos Fernando Moreira de Carvalho.

Vice Presidente - Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, representada por Alberto Pereira Ramos.

Primeiro Secretário - Grupo Cultural e Recreativo de Rio de Mouro, representado por Ana Teresa de Carvalho Pires.

Segundo Secretário - Sport Lisboa e Campolide, representado por José Matias Beja.

Secretário Suplente - Independente Futebol Clube Torrense, representado por Serafim Alves.

DIRECÇÃO

Presidente - Sociedade de Instrução e Beneficência "Voz do Operário", representada por Alfredo Duarte Camões Flores.

Vice Presidente - Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, representada por Romeu Augusto Domingos Rosário.

Primeiro Secretário - Grupo Dramático e Escolar "Os Combatentes" representado por Luís Filipe Macarico.

Segundo Secretário - Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro, representada por Maria João Paiva dos Santos.

Tesoureiro - Grupo Cultural Recreativo e Desportivo "OS KAPAS", representado por João Barros Duarte.

Vice Tesoureiro - Clube Futebol Benfica, representado por Maria Margarida Bonvalot Pereira Alves.

Vogal - Clube Atlético e Cultural, representado por Angelo Augusto Santos

Vogal - Clube dos Sargentos da Força Aérea, representado por José Miguel Fernandes Parada Gonzalez.

Vogal - Sociedade Filarmónica Artística Piedense, representada por José Luís.

Vogal - Casa de Pedrógão Grande, representada por João Henriques Coelho.

Vogal - Sociedade Musical e Desportiva de Carreças, representada por José Carvalho dos Santos.

Conselho Fiscal

Presidente - Academia Recreativa Leais Amigos, representada por Samuel Vidal.

Secretário - Sociedade Filarmónica Comércio e Industria da Amadora, representada por Suzete de Jesus Pacheco.

Relator - Clube Recreativo do Feijó, representado por Carlos Bernardino de Almeida.

Conselho GERAL

Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Alfredo Duarte Camões Flores, Presidente da Direcção.

Samuel Vidal, Presidente do Conselho Fiscal.

Vogais - Alexandre Castanheira, individual.

Diniz Jaime, individual.

Artur Martins, individual.

Rogério Raimundo, individual.
José Maria Silva, individual.
Maria Alice Guerreiro, individual.

Após lavrada a presente acta, deram-se por encerrados os trabalhos sendo afixados no átrio e junto da porta de entrada os resultados apurados.

A Mesa da Assembleia Geral

[signature]

[signature]

[signature]

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 55

——— Aos dezoito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sita na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, letra A, com a seguinte ordem de Trabalhos:

—— Ponto único - Discussão e aprovação de propostas de orçamento e Plano de Actividades para 2000.

——— A Mesa da Assembleia Geral foi constituída por:

Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Primeiro Secretário - Ana Teresa Anjos Reis Carvalho Pires

Segundo Secretário - José Matias Boja

———Não se encontrando ainda presente o segundo secretário, o Presidente da Mesa informou que o mesmo justificou o atraso pelo que se aguardaria a sua chegada em breve e não se procederia à sua substituição

——A seguida foi lida pelo primeiro secretário a acta nº55 referente à discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal para o ano de mil novecentos e noventa e oito e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

— O senhor Presidente da Mesa fez uma nota sobre a correspondência e telefonemas recebidos para a Presente Assembleia. Assim, informaram e justificaram a sua ausência: a Casa do Alentejo; a Sociedade Vianense e o Centro de Desenvolvimento Social e Cultural de Pontes-Sandel. A Associação Recreativa e Musical 1º de Maio dirigiu-se à Mesa para informar sobre o seu representante na Assembleia.

—Prosseguiu concedendo trinta minutos à Assembleia para tratar de assuntos não constantes na ordem de trabalhos, tendo intervido:

Angelo Santos do Clube Atlético e Cultural da Pontinha, membro da Direcção da Federação, que informou como decorreu a actividade desportiva nos setenta e cinco anos da Federação. Referiu ter-se verificado uma grande movimentação por parte das colectividades, o que se traduziu num total de quinze mil participantes, número que ultrapassou todas as expectativas. A Direcção está satisfeita dado que algumas das colectividades que participaram estão vam "montas" em relação à Federação. Angelo Santos refere ainda que da consulta que tem feito nos últimos anos junto das colectividades conclui

que a imagem da Federação tem vindo a mudar, "vai no bom caminho".
No que respeita ao trabalho desportivo vai ter continuidade no ano 2000.
—— O representante do Campo Recreativo da Quinta de Monsenhor na Póvoa de Santa Adrião, referindo que a colectividade só se encontra federada desde julho de 1999, apresenta uma sensibilização à Federação e pede a sua autorização para distribuir os programas dos 1os Jogos Florais da colectividade. ——————
—— O delegado do Clube Recreativo do Bairro de Sousas sito em Camarate, informa que a Câmara Municipal de Loures lhes solicitou a entrega dos estatutos da fundação da colectividade para regularização de uma situação. No entanto, estes estatutos já não existem na colectividade pelo que solicita à Federação uma cópia desses estatutos caso existam no processo de federada. ——————
—— Face ao solicitado, o senhor Luis Mecânico, da Direcção da Federação sugere que se procure no arquivo e que se faça uma cópia. Aproveita este exemplo para fazer um apelo para que as colectividades estimem o material que possuem como garantia de que se possa fazer a sua história. ——————
— Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Mesa deu início à Ordem de Trabalhos. ——————
— Dado que o segundo secretário da Mesa até esse momento não compareceu procedeu-se então à sua substituição pelo senhor Dinis Jaime do Vitória Clube de Sisboa. ——————
— Após a leitura da convocatória da Assembleia Geral, o Presidente da Mesa, solicitou ao Presidente da Direcção a apresentação do Plano de Actividades em questão. ——————
— O Presidente da Direcção, senhor Alfredo Flores, refere que o Plano de Actividades tem em conta os recursos humanos existentes, nomeadamente na Direcção, informando que actualmente este orgão tem menos dois elementos.
—— Prosseguiu abordando as seguintes áreas de actividade :- Estruturação - Sede/Instalações; - Música Milénio; - Festa das Colectividades; - Campanha Novos Federados; - Festas de Sisboa; - Programa Radiofónico; - Curso de Formação para Dirigentes Associativos; - Informatização; - Reunião dos Orgãos Dirigentes; - Legislação para o Associativismo; - Parceiro Social; - Utilidade Pública; - Revista "Elo Associativo". ——————
— Para além do conteúdo do documento distribuido às federadas, o Presidente da Direcção prestou alguns esclarecimentos adicionais (em alguns pontos) ——

——Relativamente à nova legislação aplicada aos bares, a Federação continua a desenvolver iniciativas e contactos para que esta não seja aplicada às colectividades dado que o cariz social inerente a estes bares é diferente da obtenção do lucro nos bares no âmbito da restauração. Informou que a legislação existente para discussão e aprovação na Assembleia da República com benefícios directos para o associativismo foi chumbada, concretamente o Estatuto do Dirigente Associativo. Ao que respeita à dedução para o Associativismo, que se reveste de maior importância, também ainda não está legislada. A nível fiscal foi aprovada a proposta da devolução, às colectividades, do Iva sobre os instrumentos, medida que surge na sequência da constituição da Federação de Bandas. A Federação das Colectividades reconhece a importância da medida, no entanto continua a questionar, a quem de direito o porquê da devolução de Iva ser só para os instrumentos das Bandas, e o material do Teatro, e do Folclore, etc, etc.? ——————————

——Sobre a Festa das Colectividades, o senhor Presidente informou que já está constituído um grupo de trabalho para a realização da 5ª Festa das Colectividades em 2000. ——————————

——Ao capítulo sobre a campanha de novas federadas é referido que embora a taxa de cobertura das despesas fixas pela quotização continue deficitária, pois só cerca de 60% dos gastos fixos são cobertos pela verba das quotas, anteriormente esta percentagem era de apenas 30%. A Federação está mais estabilizada a nível financeiro. ——————————

——Terminada a apresentação do Plano de Actividades o Presidente de Honra deu o seu lugar ao segundo secretário da Assembleia Geral, que entretanto, já se encontrava presente, e teve início as inscrições para discussão de documentos, tendo intervindo apenas o delegado do Clube Operário de Futebol para manifestar um lamento pela ausência de mais federadas na Assembleia, apesar de ter em conta a época do ano. ——————————

——Não havendo mais inscrições foi feita pelo senhor Presidente da Direcção a apresentação do orçamento salientando que, para além dos valores apresentados nas rubricas referentes às despesas fixas, os valores apresentados nas rubricas de actividades são os necessários para a realização das mesmas. ——————————

——São também apresentadas no orçamento rubricas destinadas ao pagamento de serviços, cujas verbas transitam da Câmara Municipal de Lisboa pela Federação, para pagamento a terceiros e cuja retenção temporária na Federação implica a

sua inclusão no orçamento.

—— Apresentado o orçamento o senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para discussão do mesmo.

—— O Clube Operário de Futebol vota a favor do orçamento, no entanto, considera que se trata de um orçamento muito reduzido. Refere que com este tipo de orçamento não se pode fazer "corte de unhas", ou seja, não se pode ir mais além. Manifesta que gostaria de ouvir as opiniões das outras colectividades sobre este assunto. Pede para que as presentes intervenham.

—— Não havendo inscrições o Presidente da Mesa intervem sobre a questão das presenças nas Assembleias Gerais, referindo que se deve analisar a participação das colectividades nestas Assembleias que estatutariamente têm de se realizar em Dezembro. Sugere ainda que se tentem implementar medidas para ultrapassar esta situação.

—— O Presidente da Direcção refere que é muito difícil conseguir conciliar as disponibilidades das colectividades.

—— O delegado do Clube Operário pede para ser colocado o documento à aprovação.

—— Face à não participação da Assembleia o senhor Presidente da Mesa intervem referindo que foram focados aspectos muito importantes para a vida das colectividades, como por exemplo as questões relacionadas com a legislação. Sublinha que a questão dos bares é extremamente perigosa, pois sob a capa de um melhor funcionamento, o decreto-lei impõe constrangimentos ao funcionamento das colectividades. A ser aplicada vai concerteza promover litígios entre colectividades e autarquia dado que esta última terá de gerir o cumprimento do decreto-lei. Referiu sobre a nova legislação que regula a participação desportiva que se vão criar situações incomportáveis para as colectividades pequenas. Por exemplo, informa que é exigido que a instalação desportiva tenha um técnico responsável, ou delegado desta, enquanto decorre a actividade. Todos os participantes têm de ter um seguro, sendo as coimas sobre estes incumprimentos de valores que variam entre os mil e as três mil escudos. Cada participante tem de ser portador de uma declaração médica comprovando a sua aptidão para desenvolver a actividade desportiva em questão. Estes são exemplos de situações incomportáveis para a actividade desportiva em mais de 90% das colectividades.

—— O delegado da Academia Almadense manifesta a opinião de que as colec-

tividades têm de ser mais informadas por parte da Federação dado que os seus dirigentes têm maior conhecimento sobre as questões que afectam as colectividades. —— Foi prestado esclarecimento pelo senhor vice-Presidente da Direcção, sobre a filosofia que está subjacente à elaboração do Plano de Actividades de modo a que seja prático e pouco fastidioso, bem como dos meios de informação que a Federação utiliza para pôr as colectividades ao corrente das várias questões com elas relacionadas. ——————————————————

—— estão havendo mais inscrições, o senhor Presidente da Mesa colocou o Plano de Actividades e Orçamento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ——

—— Nada mais havendo a tratar-se, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia Geral às dezassete horas e quarenta e cinco minutos. ——

—— Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada e por mim Ana Teresa Carvalho Pires, primeira secretária, que a escrevi. ——————————————————

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 56

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de 2000, pelas quinze horas reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sita na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, letra A, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Ponto Único - Preenchimento das vacaturas em cargos da Direcção de acordo com o número três do vigésimo sexto artigo dos Estatutos. Saídas da S.F.V.A.P. (Sociedade Filarmónica União Artística Piedense), Federada número duzentos e vinte seis e Clube dos Sargentos da Força Aérea, Federada número mil cento e quarenta e quatro e entradas do Ateneu da Madre de Deus, Federada número trezentos e sete e Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, Federada número novecentos e noventa e sete.

— A Mesa da Assembleia Geral foi constituída por:

Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Primeiro Secretário - Ana Teresa Anjos Reis Carvalho Pires

Segundo Secretário - Dinis Jaime

— A sessão teve início pelo senhor Presidente da Assembleia Geral, com a indicação de que a mesma contava com a presença de vinte e duas federadas.

— Procedeu-se à leitura da acta nº 55, referente à Assembleia Geral anterior. Após ter sido colocada à discussão e, não se verificando qualquer emenda ou comentário ao seu conteúdo, foi votada. Aprovada por maioria com duas abstenções.

— O senhor Presidente da Assembleia Geral, prosseguiu os trabalhos com a leitura da convocatória para a presente Assembleia fundamentando a necessidade da sua realização.

— Referiu que o senhor José Dias, representante da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense eleita para o cargo de vogal da Direcção no actual mandato, nunca compareceu a qualquer reunião deste orgão.

— Por outro lado, a substituição do Clube de Sargentos da Força Aérea, cujo representante é o senhor Miguel Pereira, ocorre por motivos de saúde deste último.

— Foram ainda referidas as diligências que a Direcção desenvolveu para resolver a substituição destes elementos com as respectivas colectividades

o que não foi possivel. ———

Assim, de acordo com o ponto três do artigo vigésimo sexto dos Estatutos, a vacatura pode ser preenchida por outra colectividade em sessão extraordinária da Assembleia Geral. ———

— O senhor Presidente prosseguiu com a leitura da proposta da Direcção para as substituições das colectividades que é conforme o que se encontra referido na convocatória da Assembleia. Esclareceu, ainda, que para tal substituição ser viável, o senhor Artur Martins teve de pedir demissão do Conselho Geral desta Federação, onde se encontrava a título individual. ———

— A proposta foi de seguida colocada à discussão. ———

Pede a intervenção, o Clinico do Alto do Pina, federada nos que refere, lamentar a saida do senhor Parada louvando o trabalho que este tem desenvolvido no âmbito da Coordenadora das Colectividades de Lisboa. Em relação à STUAP, considera que o elemento nunca deveria ter sido indicado e deve proceder-se à sua substituição. Como desconhece os elementos indicados como substitutos, irá abster-se na votação. ———

— O senhor Presidente da Assembleia Geral solicita ao senhor Vice-presidente da Direcção, para falar um pouco sobre as experiências associativas dos membros que se propõe integrar a Direcção. ———

— O senhor Romeu do Rosário interveio referindo que a Direcção lamenta a saida do senhor Parada, mas reconhece que não é possivel continuar. Em relação aos elementos indicados pela Direcção refere que o senhor Luis Esteves se encontra muito ligado ao trabalho desportivo e que é importante para reforçar esta frente de trabalho que a Federação tem vindo a desenvolver. O senhor Artur Martins dispensa apresentação, dado o vasto trabalho que desenvolveu na Direcção da Federação no mandato anterior. ———

— Posteriormente pediu a palavra o senhor Parada do Clube de Sargentos da Força Fina, agradecendo as palavras que foram referidas a seu respeito. Justificou a sua saida referindo que na sua opinião quando se envolve num trabalho ou se está de corpo inteiro e se pode dar ou então não vale a pena. Pediu ainda aos presentes para darem oportunidade aos mais novos de se tornarem dirigentes.

— Não havendo mais intervenções sobre o assunto o senhor Presidente da Assembleia Geral colocou à votação a proposta da Direcção para as substituições sem causa.

— A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

— O elemento da Direcção Angelo Santos sugere uma salva de palmas.

— Não havendo mais nenhum aspecto a tratar relativamente ao assunto da convocatória, o senhor Presidente da Assembleia Geral deu por terminada a sessão às quinze horas e quarenta e cinco minutos.

— Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada e por mim, Ana Teresa Carvalho Pires, primeira secretária, que a escrevi.

Ana Teresa Carvalho Pires

Diniz do Espírito Santo Jaime

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 57

—Aos vinte cinco dias do mês de Março do ano dois mil, pelas 16 horas, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sita na Rua da Palma, número duzentos e cinquenta e seis, letra A, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
—Ponto Único - Discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano de 1999.
—A Mesa da Assembleia Geral teve a seguinte constituição:
Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho
Primeiro Secretário - Ana Teresa Anjos Reis Carvalho Pires
Segundo Secretário - José Matias Beja
—A sessão teve início pelo senhor Presidente da Assembleia Geral com a indicação de que a mesma contava com a presença de vinte sete federadas. Prosseguiu com a leitura da convocatória da Assembleia e informou que os trinta minutos para discussão de outros assuntos de interesse para a Federação seriam concedidos no final da ordem de trabalho para abreviar a sessão.
—O Vice-Presidente da Direcção, senhor Romeu do Rosário, pede a intervenção e refere que o presente Relatório e Contas foi aprovado na Direcção e é a Direcção que aqui o traz, elaborado com a participação de todos os elementos. Refere que após as considerações e alterações que surgirem desta Assembleia, a Direcção pensa elaborar uma brochura para enviar a nível nacional. Informa que desta vez a Direcção optou por apresentar à Assembleia um documento mais completo onde são referidos os quatro principais livros de acção.
—O senhor Romeu do Rosário, no âmbito do Relatório de Actividades expressa um convite à Assembleia para que no final da sessão visitem as novas instalações da sede da Federação, apesar de se encontrarem ainda em obras. Deixa ainda uma palavra de atenção ao trabalho desenvolvido pela Coordenadora das Colectividades de Lisboa.
—É ainda apresentado pelo senhor Vice-Presidente da Direcção uma nota informativa a anexar ao Relatório: Na página trinta deste documento falta referir que foi assinado um protocolo com a IBM e a Turis Car no sentido de conseguir uma tricologia da qual depende a possibilidade de apetrechar as colectividades quer a nível de viaturas, quer a

nível informático.

— O senhor Presidente da Assembleia Geral sugere que a situação financeira seja desde já apresentada pelo Tesoureiro, senhor Barros Duarte, para posteriormente se abrir a discussão no geral.

O senhor Barros Duarte teceu algumas considerações sobre as contas apresentadas, sintetizando que os números falam por si, a Federação encontra-se com uma situação financeira positiva. Deixou, no entanto, em relevo o número elevado de quotizações em atraso que em nada favorecem a Federação.

— Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia Geral colocou os documentos apresentados à discussão.

— Pede intervenção a federada Banda de Música Santiago de Riba-Ul:

— É a primeira vez que vem à Federação e desconhece alguns processos dos quais pede esclarecimento, tais como: - Quais os critérios de atribuição de medalhas aos músicos?; - Quais os critérios adoptados para a selecção de participantes na Música Milénio?.

— De seguida o senhor Romeu esclareceu o funcionamento da Música Milénio e prosseguiu o senhor Parada com a apresentação dos critérios de atribuição das medalhas aos músicos, chamando a atenção de que é necessário que a colectividades informem a Federação da existência destes músicos de acordo com o que está consignado nos Estatutos.

— O Grupo Etnográfico de Danças e Cantares do Minho questionou o porquê de na Música Milénio não estarem incluídos os Ranchos Folclóricos dado que também representam a música popular portuguesa.

— O senhor Artur Martins interveio referindo que sobre o Programa Música Milénio e sobre outros programas o importante é conhecermos os diversos contributos. "Há que no terreno divulgar, passar palavra". Esta questão está directamente relacionada com a estruturação, como sendo a única forma possível de se criar uma rede.

— Da extensa discussão em volta do Relatório de Actividades de 1999, salienta-se o facto do Vice-Presidente da Direcção ter esclarecido que o envio antecipado aos federados dos relatórios e contas não acontece pelos custos que implica.

—Prossegui-se a Assembleia com a apresentação dos anexos sugeridos ao relatório, ou seja, incluir a participação da Coordenadora das ~~Colectividades~~ de Lisboa na Festa das Colectividades e auscultar a assinatura dos protocolos com a IBM e a TURISCAR.

—A Assembleia Geral prosseguiu com a colocação do Relatório e Contas à votação por parte do senhor Presidente.

—O Relatório e contas do ano de 1999 foi aprovado por unanimidade.

—Prosseguiu a Assembleia com a abertura dos trinta minutos para discussão de outros assuntos.

—Não havendo inscrição para intervir o senhor presidente da Assembleia Geral deu a mesma por concluida aplicando-se os trinta minuto na visita às novas instalações da sede da Federação.

Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada e por mim Ana Teresa Carvalho Pires, primeira secretária, que a escrevi.

Ana Teresa Carvalho Pires

José Mendes Reis

Acta Nº 58

— Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano dois mil, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede, sita na Rua da Palma, nº 248 com a seguinte ordem de trabalho:

— Ponto único - Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2001.

— A Mesa da Assembleia Geral teve a seguinte constituição:

— Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho.

— Primeira Secretária - Ana Teresa Carvalho Pires

— Segundo Secretário - José Matias Beja.

— A sessão foi iniciada pelo Senhor Presidente da Assembleia Geral, com a informação de que a mesma contava com a presença de 31 colectividades federadas.

— Procedeu-se à leitura das actas das Assembleias Gerais anteriores, números cinquenta e seis e cinquenta e sete, que após terem sido colocadas à discussão e não se verificando qualquer emenda ou comentário aos seus conteúdos, foram votadas e ambas aprovadas por unanimidade.

— Prosseguiu a Assembleia Geral com a leitura da correspondência das associadas que justificaram a sua ausência, a saber:

- A Federação das Colectividades do Distrito do Porto; O Grupo de Cavaquinhos e Cantares à Beira; O Coral Phydelynis; O Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebolva; O Ginásio Clube de Ponoios; A Sociedade Filarmónica Figueirense. Justificou também a sua ausência, por motivos de saúde a secretária do Conselho Fiscal desta Federação. D. Susete Pacheco.

— De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Geral propôs que se iniciasse desde logo os trinta minutos destinados a tratar de assuntos gerais, não directamente relacionados com a Ordem de Trabalhos.

Têm início as intervenções pelo delegado da STJE Cruz Quebradense que faz uma saudação às novas instalações da Federação. Refere ainda, o lamento da sua colectividade pelo facto da Federação não ter estado presente na sessão solene comemorativa dos seus cento e vinte anos.

Pede a palavra, o senhor Romeu do Rosário, vice-presidente da Direcção, que justifica perante a intervenção anterior que os onze elementos da Direcção e os corpos gerentes não têm capacidade para chegar a todas as colectividades. De qualquer modo, quando é de todo impossível a presença física, a Federação dá sempre uma resposta por escrito.

O Senhor Presidente da Direcção, Alfredo Flores acrescenta ainda que estas situação não acontecem por discriminação a ninguém.

Prosseguiu-se a Assembleia com a apresentação das substituições dos representantes de duas das colectividades que compõem a Direcção.

Assim, da colectividade que ocupa o cargo de vice-presidência, Sociedade de Instrução Guilherme Cosaf, sai o senhor Romeu do Rosário que será substituído pelo Senhor Vítor Sarmento. Da colectividade que ocupa o cargo de segundo secretário da Direcção, Clube Futebol Benfica, sai a D. Margarida Alves e fica em sua substituição D. Fátima Rego.

— O Senhor Presidente da Direcção sublinha que as substituições mencionadas acontecem por motivos profissionais e familiares respectivamente e era necessário que acontecessem dado que a Direcção assumiu o compromisso de levar a cabo o 4º Congresso das Colectividades no próximo ano e para tal há que ter recursos humanos.

— Não havendo mais intervenções no período dos trinta minutos concedidos, o Senhor Presidente da Assembleia Geral, deu início à ordem de trabalhos com a leitura da convocatória da Assembleia Geral.

— Posteriormente procedeu-se à distribuição da proposta de data e local do Congresso para incluir no Plano de Actividades.

— De seguida o Senhor Presidente da Direcção fez a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2001.

Iniciou a apresentação do documento pela apresentação do Congresso como sendo o motor de trabalho no próximo ano. Aberto a todas as colectividades, federadas ou não e terá por base os temas referidos no Plano de Actividades.

— Prevê-se a discussão dos temas em reuniões preparatórias pelo País, numa perspectiva de sensibilização, para que à data do Congresso, os dirigentes associativos estejam conscientes da realidade do associativismo e em condições de discutir os assuntos e apresentarem sugestões

— Prosseguiu-se a apresentação do documento, referindo as seguintes acções: Recuperação das Quotas; Campanha Novas Federadas; Parceiro Social; Festa das Colectividades; Associações de Emigrantes no Estrangeiro.

— Sobre este último aspecto informou que do Encontro realizado em Agosto último na Federação com estas Associações foi possível criar "laços" e propostas de trabalho conjunto.

— Terminou a apresentação do Plano de Actividades com uma referência às Acções de Formação, salientando que a promoção de mais cursos de formação implica o aumento do número de formadores. O actual grupo de formadores já está ocupado até Março de 2001.

— O senhor Presidente da Assembleia Geral colocou o documento à discussão.

— No decorrer da discussão houve a intervenção do delegado da SIPE Cruz Quebradense que teceu opinião sobre a organização do Congresso; do delegado da Casa do Concelho de Abrantes que se debruçou sobre a análise do Orçamento. O Clube Recreativo do Feijó fez referência à importância de se aproveitar o Congresso para discutir questões fundamentais como a Federação como Parceiro Social e o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva. O Grupo Desportivo Adicense salientou o facto de se tratar de um Plano de Actividades ambicioso, quanto mais não fosse pela organização do congresso e refere a disponibilidade dos dirigentes associativos do Adicense para colaborarem com a Federação. Manifestou ainda que é da opinião de que a Festa das Colectividades de Lisboa deverá começar a organizar-se logo em Janeiro.

— Não havendo mais inscrições para intervir, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Geral que fez alguns esclarecimentos sobre o Congresso referindo que é a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio que organiza o Congresso das Colectividades. Na organização colaboram as Federações Distritais e Associações Concelhias já existentes. Vai seguir um documento para todas as colectividades para suscitar questões que se relacionam com os temas e posteriormente elaborar-se-ão os debates de preparação para o Congresso. Os elementos da Comissão Organizadora do Congresso estão disponíveis para animarem os referi-

dos debates. Haverá ainda o envio a todas as colectividades do "Elo Associativo" especial Congresso.

—Não havendo mais inscrições foi colocado à votação da Assembleia o Plano de Actividades e Orçamento para 2001, tendo sido aprovado por unanimidade.

—Procedeu-se de seguida à votação da proposta da Direcção para que o Congresso se realize em Douro, nos dias 6, 7 e 8 de Abril. Proposta aprovada por unanimidade.

—Não havendo mais nenhum aspecto a tratar relativamente ao assunto da convocatória, o senhor Presidente da Assembleia Geral deu por terminada a sessão pelas dezassete horas.

—Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada e por mim, Ana Teresa Carvalho Pires, primeira secretária, que a escrevi.

Em Tempo: na linha 13 da página 27, onde se lê segundo secretário da Direcção deve ler-se vice-tesoureiro da Direcção.

Ana Teresa Reis Carvalho Pires

José Simões Reis

DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 59

— Aos trinta e um dias do mês de Março, do ano dois mil e um, pelas quinze horas, reuniu-se a assembleia geral em sessão extraordinária na sua sede, sita na Rua da Palma, número duzentos e quarenta e oito, com a seguinte ordem de trabalhos:
— Ponto único - Preenchimento da vacatura em cargo da Direcção de acordo com o nº 3 do artº 26 dos Estatutos.

Saída da S.M.D.C. (Sociedade Musical e Desportiva de Caneças, federada nº 232 e entrada do Clube Estefânia, federada nº 41.
— A Mesa da Assembleia Geral contou com a seguinte constituição:
— Presidente - Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho
— Primeira Secretária - Ana Teresa Carvalho Pires
— Segundo Secretário - José Matias Baja
— O Senhor Presidente da Assembleia Geral iniciou a sessão informando que a mesma conta com a presença de vinte e uma colectividades federadas.
— De seguida entrou-se no assunto em referência na convocatória, através da leitura desta e posteriormente dos ofícios das colectividades envolvidas no processo de preenchimento da vacatura.
— Referiu o Senhor Presidente que o Senhor José Carvalho dos Santos, por motivos de ordem profissional não poderá continuar a representar a Sociedade Musical e Desportiva de Caneças, no cargo de vogal da Direcção desta Federação.
— O senhor Presidente prosseguiu com a leitura da proposta de Direcção para as substituições dos colectividade que é conforme o que se encontra referido na convocatória da Assembleia Geral, sendo que passa a exercer funções no cargo de vogal da Direcção o Clube Estefânia, representado na pessoa do senhor Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques.
— A proposta foi de seguida colocada à discussão.
— Não havendo intervenções sobre o processo de preenchimento de vacatura, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.
— Não havendo outros assuntos para discussão nesta Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão

às quinze horas. ———————————————————

—— Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada ———————

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 60

— Aos trinta e um dias do mês de Março do ano dois mil e um, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede, sita na Rua da Palma, número duzentos e quarenta e oito, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único - Discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano 2000.

A Mesa da Assembleia Geral teve a seguinte constituição:

Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Primeira Secretária - Ana Teresa Carvalho Pires

Segundo Secretário - José Matias Baja

A sessão teve início pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia com a indicação de que a mesma contava com a presença de 20 federadas.

— Prosseguiu a Assembleia com a leitura da acta da Assembleia Geral anterior. Tendo sido posta à discussão a acta e não havendo qualquer intervenção, o Senhor Presidente colocou a acta a votação. A mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção.

A Assembleia seguiu-se com a leitura da convocatória da presente Assembleia tendo o Senhor Presidente aberto à discussão o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2000.

— Sobre este assunto tomou a palavra o Senhor Presidente da Direcção que fez a apresentação do documento. Foram referidos os aspectos mais relevantes para a actividade da Federação, tais como:

- A mudança de instalação da sede da Federação; O Projecto da Música Filínio que decorreu com grande sucesso, apesar de não ter ainda sido efectuado o seu pagamento por parte da Câmara Municipal de Lisboa; O trabalho desenvolvido por todo o país no sentido da constituição de associações locais necessárias à construção da Estrutura do Movimento Associativo. O empenho na organização do 4º Congresso das Colectividades que permitiu chegar a locais do país onde até então a Federação era desconhecida; O relevo que tiveram as acções de formação para dirigentes associativos e a concretização do protocolo com o INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica; O número significativo de representações que fo-

ram efectuadas fora da área metropolitana de Lisboa; Foi referido que se verificou uma desaceleração do crescimento de novas federadas comparativamente ao ano de 1999; A passagem da revista da Federação "o Elo Associativo" para uma periodicidade trimestral; A difusão do Programa Regiões da responsabilidade desta Federação todas as 6as feiras.

Terminada a apresentação do Relatório de Actividades com referência aos seus principais aspectos, prosseguiu a Assembleia com a apresentação das contas referentes a 2000, pelo Senhor tesoureiro. Salientou-se um resultado negativo de mil quinhentos e cinquenta contos, resultado directamente relacionado com a elaboração de obras na nova sede que ascenderam aos seis mil contos, bem como ao não pagamento por parte da autarquia do Projecto Música Milénio.

Após a leitura do parecer do Conselho Fiscal sobre as contas, pelo seu presidente, que referiu propôr a aprovação do Relatório e Contas apresentados pela Direcção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à discussão.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Direcção da Acumma que referiu que no âmbito do Projecto da Música Milénio, fez com a Federação um contrato cuja contrapartida era de 1500 contos e que até à data essa verba ainda não foi reembolsada, colocando a colectividade em dívida para com uma casa de instrumentos musicais à qual adequeria instrumentos no valor de 3200 contos, contanto com o contrato que celebrou com a Federação. Solicita esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Direcção explica a situação de constrangimento em que a Federação foi colocada pelo não pagamento deste Projecto por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

O Senhor vice-presidente da Direcção referiu que a Câmara já informou que a verba em dívida à Federação vai ser incluída na revisão orçamental e que o dinheiro estará a pagamento em Abril.

A Dra. Maria João da Direcção da Federação propõe que a Direcção reúna com a colectividade Acumma para que se aprofunde este esclarecimento e qualquer eventual mal entendido.

Não havendo mais intervenções sobre o relatório e contas o Senhor presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação das contas referentes ao ano 2000, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Encerrada a ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa deu início ao período de 30 minutos postos à disposição da Assembleia para colocar assuntos referentes à Federação.

A Direcção fez um apelo às colectividades da grande Lisboa para estarem presentes na abertura do 4º Congresso das Colectividades com a presença de sua Exª o Presidente da República, dado que muitas das colectividades que vêm de todo o país só chegarão no sábado de manhã por uma questão de rentabilizar custos.

Mais informou que embora as inscrições para o Congresso tenham encerrado no passado dia 26, continuam a chegar.

As intervenções que se seguiram do Grupo Recreativo Apelaconense, da Casa de Pedrogão Grande e da Associação Fraterna dos Amigos de Nª Senhora da Granja foram no sentido de apelarem à participação das colectividades e de disponibilizarem a sua disponibilidade para colaborar.

Não havendo mais inscrições por parte da assembleia, o Senhor Presidente da Mesa, fez um apelo final à participação das Colectividades no 4º Congresso, reforçando as intervenções anteriores.

Após o agradecimento às colectividades pela sua presença na Assembleia Geral, o Senhor Presidente da Mesa encerrou a sessão.

Para que conste se lavrou a presente acta que depois de lida e votada vai pelos membros da mesa ser assinada.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ACTA Nº 61

— Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede sita na Rua da Palma, nº 248 com a seguinte ordem de trabalho: ———

Ponto único - Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2002. ———

— A Mesa da Assembleia Geral foi constituida por: ———

— Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho ———

— Primeira Secretária - Ana Teresa Carvalho Pires ———

— Segundo Secretário - José Matias Baja ———

— A sessão foi iniciada pelo senhor Presidente da Assembleia Geral com a informação de que a mesma contava com a presença de 19 colectividades federadas. ———

— Prossseguiu a Assembleia Geral com a leitura, por parte do segundo secretário da mesa, da correspondência das associadas que justificaram a sua ausência, a saber: ———

- Associação Cultural Rancho Folclórico de Retaxo; Choral Phydellius; Orquestra Típica Albicastrense. ———

— Procedeu-se à leitura da acta número cinquenta e nove que após ter sido colocada à discussão e não havendo sobre a mesma qualquer intervenção foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ———

— Seguiu-se a leitura da acta número sessenta que posta à discussão foi sujeita à seguinte correcção: na página 30 do presente livro, linha quatro onde se lê "... para uma periodicidade trimestral", deverá ler-se "... para uma periodicidade bimestral". Não havendo qualquer intervenção, a mesma foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. ———

— Prossseguiu o senhor Presidente da Assembleia Geral propondo que se iniciasse desde logo os trinta minutos destinados a tratar de assuntos gerais, não directamente relacionados com a ordem de trabalhos. ———

— O senhor Presidente da Assembleia Geral informou que a colectivi-

dade que ocupa o cargo de vice-presidente da Direcção da Federação, ou seja da Sociedade de Instrução Guilherme Cossul, saiu de funções o seu representante Vitor Sarmento e substituiu da mesma colectividade o senhor António Andrés. ——————

—— Informou de seguida o senhor Presidente da Direcção que a Federação reagiu perante o Comité Olímpico Internacional pelo facto do associativismo voluntário não ter sido reconhecido no âmbito do Ano Internacional do Voluntariado. O Comité Olímpico reconheceu esse trabalho, enviando diplomas do Comité à Federação e aos corpos gerentes actualmente em exercício. ——————

—— Posto isto, prosseguiu a Assembleia com a intervenção da delegada do Clube Estefânia que questiona se as colectividades são obrigadas a estar colectadas nas finanças. ——————

—— A resposta vinda do Presidente da Direcção foi a de que as colectividades têm de estar colectadas nas finanças, estando no entanto isentas do pagamento de IVA, salvo no caso em que as colectividades desenvolvam actividades não previstas estatutariamente, o que implica também que tenham contabilidade organizada. ——————

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

—— Prosseguiu o mesmo tema com a intervenção do delegado do Sport Lisboa Lapa que questionou se é lícito incluir nos estatutos a actividade do Bar. ——————

—— Respondeu o Presidente da Direcção referindo que não é lícito considerar a actividade do Bar nos estatutos na medida em que é uma actividade económica não convencionada no âmbito da cultura, recreio e desporto. ——————

—— A Maria João, membro da Direcção, acrescentou que no que concerne ao dinheiro proveniente da renda de exploração do Bar da colectividade a terceiros, se contabilisticamente o dinheiro for considerado proveniente de renda (proveniente) implicando actividade económica fica sujeito a imposto e contabilidade organizada; se o dinheiro da mesma renda, for considerado como donativo já é considerado no âmbito da actividade estatutária. ——————

—— Não havendo mais intervenções no período dos trinta minutos concedidos, o senhor Presidente da Assembleia Geral, deu início à ordem de trabalhos

com a leitura da convocatória da Assembleia Geral, dando a abertura da discussão do Plano de Actividades para 2002. ———

— De seguida o senhor Presidente da Direcção fez a apresentação do Plano de Actividades e do orçamento, enquadrando o seu conteúdo como reflexo da dinâmica e das linhas de orientação emanadas do Congresso. Alertou ainda para o facto de ser um Plano de Actividades para um ano que coincide com o final do mandato dos actuais orgãos sociais da Federação pelo que tem de ser entendido como uma proposta de trabalho que poderá ou não ser aceite pela Direcção a eleger. ———

——— Foram focados todos os itens do Plano de Actividades: - Administração; as Questões Legislativas; a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto / Estruturação; a Formação, os Projectos 2002; as actividades; a comunicação e informação. ———

——— De entre todos os assuntos o senhor Presidente da Direcção, evidenciou os seguintes aspectos: ———

- A intenção de se continuar a exercer pressão para que se verifique a alteração do quadro legal do associativismo ———

- Salientou para o ano 2002 o incremento da Confederação das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, na medida em que foi uma das principais decisões do Congresso e é entre muitas outras vantagens, imprescindível para a obtenção de verbas do orçamento do Estado. ———

- No âmbito da Formação foi sublinhado o facto da Federação poder vir a ser considerada como entidade formadora, proposta apresentada e aprovada no Congresso do Ano Internacional dos Voluntários.

- Foi referido o Dia Nacional das Colectividades que corresponde ao dia do aniversário da Federação que em 2002 será comemorado enviando uma proclamação às colectividades como forma de (apoio) alargar o acontecimento, assim como será comemorado nos dias 1 e 2 de Junho no Parque das Nações onde se realizarão as finais dos jogos Tradicionais das Colectividades 2002.

- Abordou com ênfase o estreitamento de relação entre a Federação e as instituições do ensino superior. ———

Após a apresentação do (dd documento o Presidente da Direcção solici-

tou que as colectividades que tenham informação sobre jogos tradicionais ao façam chegar à Federação. Informou ainda sobre o Torneio Nacional de Jogos Tradicionais 2002 que já se procedeu ao envio de 20000 ofícios para as colectividades com as fichas de inscrição.

— Prosseguiu a Assembleia com a intervenção da delegada do Clube Estefânia, que referiu estar surpreendida pela positiva em relação ao relacionamento da Federação com o ensino superior, questionando se já existe algum trabalho concreto com a Universidade Nova de Lisboa onde se encontra a terminar a licenciatura em Sociologia.

— Referiu ainda a falha da colectividade a que pertence não informar a Federação das várias representações teatrais que levam a cabo e salientou a importância que o Programa de Rádio "Hora das Colectividades" tem tido na promoção e divulgação da colectividade a que pertence.

— Após o esclarecimento por parte da Direcção sobre o trabalho realizado e a realizar com o ensino superior referindo o que está explicado no Plano de Actividades nesse ponto, prosseguiram os trabalhos com a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Geral que solicitou que fosse mais esclarecida a razão da suspensão do Programa de Rádio "Hora das Colectividades".

— O Presidente da Direcção toma a palavra referindo que este Programa é financiado pelo Montepio Geral e deixará de o ser. Enquanto não houver patrocinador a Federação não pode assumir o encargo de oito mil contos que custa esta actividade.

— Não havendo mais intervenções da Assembleia sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2002, o senhor Presidente da Assembleia Geral colocou o mesmo à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

— Deixando um voto de Boas Festas a todos os presentes a Assembleia geral foi encerrada pelas dez horas e trinta minutos.

Para que conste se lavrou a presente acta que depois de lida e votada vai pelos membros da mesa ser assinada.

[illegible]

[illegible] José [illegible]

ACTA Nº 62

Aos dezasseis dias do mês de Março do ano dois mil e dois, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede sita na Rua da Palma, número 248, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Discussão e aprovação do relatório e contas do ano 2001.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída por:
Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho;
Primeiro Secretário - Ana Teresa Carvalho Pires
Segundo Secretário - José Matias Beja

A sessão teve início pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral que propôs a leitura da acta da Assembleia anterior. Após a leitura desta, foi posta à discussão.

Pedia a palavra o delegado do Ateneu Vilafranquense que fez a seguinte correcção:

No último parágrafo da acta nº 61, onde se lê "... a Assembleia Geral foi encerrada pelas dez horas e trinta minutos", deverá ler-se "... a Assembleia Geral foi encerrada pelas vinte e duas horas e trinta minutos."

Aceite a correcção e não havendo mais intervenções a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Prosseguiu a Assembleia Geral com a leitura, pelo segundo secretário, da correspondência das associadas que justificaram a sua ausência para a presente Assembleia, bem como para as eleições do próximo dia 23, a saber: - Bombeiros de Algueirão Mem-Martins; - Choral Phidellus; - Sociedade Recreativa Musical de Almoçageme; - Casa do Povo de Pontível; AVUCA - Associação para o Desenvolvimento Sociocultural e Desportivo "Victoria-Unidos".

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu de seguida a abertura dos trinta minutos destinados à abordagem de assuntos não relacionados com a ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o senhor Artur Martins da Direcção para dar informação do que se está a fazer para a comemoração do Dia Nacional das Colectividades. Refere que esta acção tem dois objectivos, o primeiro

que seja uma acção que abranja o maior número de participantes possível a nível nacional. Em segundo que se consiga promover a defesa do Património Cultural da Comunidade Nacional, fazendo por um lado jogos Tradicionais Populares e por outro jogos Tradicionais das Colectividades. Informou que a resposta das colectividades a esta actividade tem sido bastante animadora. Já estão inscritas 250 colectividades a sul do Mondego, dado que as zonas do Norte estão a ser tratadas pela Federação das Colectividades do Porto. ———

——— Para os dias das finais nacionais estão previstas várias animações que irão englobar pelo menos 150 grupos culturais. Foi dada a informação de que dia 2 de Junho se irá realizar um passeio de cicloturismo entre o Padrão dos Descobrimentos e o Parque das Nações onde se prevê a presença de 1200 participantes. ———

——— A sessão solene do aniversário da Federação realizar-se-á como habitualmente a 31 de Maio na sede da Federação, na qual já confirmaram a sua presença, o Presidente do Comité Olímpico e o Presidente do Comité Olímpico (e o Presidente do Comité Olímpico), bem como o Presidente do Instituto do Desporto de Portugal. ———

——— Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Geral deu início à ordem de trabalhos com a leitura da convocatória. ———

——— Prosseguiram os trabalhos com a apresentação do Relatório e Contas de 2001 pelo senhor Presidente da Direcção. ———

——— Foram focados todos os aspectos do documento, fazendo ênfase sobre a relevância que teve o 1º Congresso das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto realizado em Abril de 2001. ———

——— Foi referido que a actual Direcção tem a perspectiva de em cada ano dar relevo a uma grande iniciativa. Em 2002 será o Torneio Nacional de Jogos Tradicionais e para 2003 pensa-se num grande evento relacionado com as Bandas Filarmónicas. ———

——— Referiu a actual dificuldade de relacionamento com o executivo actual da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo sido, até ao momento, dada resposta aos sucessivos pedidos de reunião, quer ao Presidente, quer aos Vereadores. ———

——— Na sequência da apresentação do Relatório e Contas, seguiu-se a intervenção do senhor Artur Martins com a apresentação mais pormenorizada

norizada do Projecto 2001 Associações. ———
——— De seguida, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicita ao tesoureiro da Direcção para proceder à apresentação das contas referentes ao ano 2001. ———
——— Prosseguiu a leitura do parecer do Conselho Fiscal. ———
——— Feita a exposição do Relatório e Contas 2001, o senhor Presidente da Assembleia Geral abriu a Assembleia a discussão do documento.
——— Pediu a intervenção o representante do Clube Atlético de Alvalade, para questionar se há alguma hipótese de reaver a quotização não paga.
——— A representante do Grupo Cultural e Recreativo de Rio de Mouro, questiona se a Câmara Municipal de Lisboa pagou à Federação, os encargos devidos no Projecto Música Milénio. ———
——— O Grupo Tauromáquico - Sector 1, pergunta se não há um limite de dívida de quotas à Direcção para que essa colectividade seja eliminada ———
——— O senhor Presidente da Assembleia Geral informou que os estatutos prevêm que as colectividades com mais de um ano de quotas em atraso podem ser eliminadas. ———
——— O Presidente da Direcção referiu que as quotas têm vindo a ser recuperadas. ———
——— Relativamente ao Projecto Música Milénio, informou o senhor Presidente que a Federação saldou todas as contas. A Câmara Municipal de Lisboa não cumpriu com o compromisso verbal, apenas cumpriu o que estava escrito. ———
——— Referiu que a Federação com a transferência de instalações para a actual sede teve um encargo com obras e melhoramentos no valor de 5 000 000$00 (cinco milhões de escudos). Foi o Pelouro do Desporto que subsidiou 5 500 000$00 (cinco milhões e quinhentos mil escudos), pelos encargos tidos com a transferência de sede e obras e foi com essa verba que se pagou as dívidas do Projecto Música Milénio.
——— Com a mudança do executivo Camarário a Federação ficou a perder oito milhões de escudos que lhe eram devidos pelo Projecto Música Milénio, que permitiriam à Federação ter ficado com uma situação financeira estável. ———
——— O delegado do Grupo Desportivo Adicense intervem na sequência

da relação da autarquia local com o associativismo e informou que a FBHAL convocou as colectividades que têm marchas para uma reunião no próximo dia 20 de Março. Também já está agendada a reunião com as colectividades que organizam arraiais. ———

——— No que respeita à posição da Associação das Colectividades de Lisboa já está a ser organizada a Festa das Colectividades 2002 que está projectada para se realizar de 5 a 14 de Julho na zona da Ribeira. ———

——— Para a iniciativa avançar falta o financiamento. ———

——— Relativamente à Câmara Municipal referiu que se a Associação de Colectividades de Lisboa, se não tiverem resposta aos pedidos de audiência irão apresentar-se publicamente na Assembleia Municipal. ———

——— De seguida, interviu de novo o Tesoureiro da Direcção sobre a questão das quotas. Referiu que do ano 2000 para trás há 6 900 000$00 (seis milhões e noventos mil escudos) de quotas para recuperar. A perspectiva da Direcção é de, contabilisticamente, colocar os valores anteriores na rubrica de reservas estatutárias. Mais informou que com o que ficou por receber do Projecto Música Milénio esta actividade teve um prejuízo de 3 000 000$00 (três milhões de escudos), que foram para a rubrica de reservas estatutárias. ———

——— Não havendo mais intervenções sobre a ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Geral procedeu à votação do relatório e contas do ano 2001, tendo sido aprovado por unanimidade. ———

——— De seguida foi votado o parecer do Conselho Fiscal que foi aprovado por unanimidade. ———

——— Não havendo outros assuntos para discussão nesta Assembleia, o senhor Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão. ———

——— Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada, vai pelos membros da mesa ser assinada. ———

Ana Teresa Carvalho Pires

José Freitas Reis

ACTA Nº 63

——Aos vinte e três dias do mês de Março do ano dois mil e dois, das dez horas e trinta minutos às dezoito horas, reuniu-se a Assembleia Eleitoral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede sita na Rua da Palma, número 248, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ——

—— Ponto Único - Eleição dos Corpos Gerentes da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio para o triénio 2002/2004. ——

—— A Mesa da Assembleia Eleitoral foi constituida por: ——

—— Presidente - Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho ——

—— Vice Presidente - Alberto Pereira Ramos ——

—— Primeiro Secretário - Ana Teresa Carvalho Pires ——

—— Segundo Secretário - José Matias Baja ——

—— Secretário Suplente - Serafim Alves ——

—— A lista A foi a única concorrente. ——

—— Durante o período do escrutínio deram entrada na urna quarenta e quatro votos, tendo-se registado no respectivo livro, igual número de colectividades presentes. ——

—— Encerrado o período de votação e feito o respectivo apuramento, verificaram-se os seguintes resultados: ——

—— Votos na lista A — 40 (quarenta) ——

—— Votos nulos — 1 (um) ——

—— Votos em branco - 3 (três). ——

—— Para todos os efeitos, consideram-se eleitos para o triénio de dois mil e dois, dois mil e quatro, os seguintes Corpos Gerentes: ——

—— MESA DA ASSEMBLEIA GERAL ——

PRESIDENTE - Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense "Os Penicheiros" - Fed. nº 11

—— Carlos Fernando Moreira de Carvalho ——

VICE-PRESIDENTE - Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense - Fed. nº 149

—— Alberto Pereira Ramos ——

PRIMEIRO SECRETÁRIO - (Sociedade) Clube Recreativo da Cruz de Pau - Fed. nº 791

—— António Joaquim ——

SEGUNDO SECRETÁRIO - Sport Lisboa e Campolide - Fed. nº 373

—— José Matias Baja ——

SECRETÁRIO SUPLENTE - Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo - Fed. nº 231

— Carlos José Sousa Pinto —

DIRECÇÃO

PRESIDENTE - Grupo Desportivo e Cultural de Seiça - Fed. nº 997

— Artur José Simões Martins —

VICE-PRESIDENTE - Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul - Fed. nº 23

— António da Conceição Andrez —

PRIMEIRO SECRETÁRIO - Sociedade Filarmónica Incrível Almadense - Fed. nº 280

— Augusto Maximo Flor —

SEGUNDO SECRETÁRIO - Sport Grupo Sacavenense - Fed. nº 564

— Joaquim António Pinto Pereira —

TESOUREIRO - Grupo Sportivo Adicense - Fed. nº 104

— António José Maria Melo —

VICE-TESOUREIRO - Sociedade de Instrucção e Beneficência "A Voz do Operário" - Fed. nº 915

— dicineo Fernandes dourenço —

VOGAL - Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro - Fed. nº 22

— Maria João Santos —

VOGAL - Clube do Sargento da Armada - Fed. nº 1894

— Manuel Custódio —

VOGAL - Clube Estefânia - Fed. nº 41

— Eduardo Pereira Marques —

VOGAL - Clube Atlético e Cultural - Fed. nº 1658

— Ângelo Santos —

VOGAL - Grupo Desportivo do Castelo - Fed. nº 129

— Jaime Salomão Alves —

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE - Sociedade Filarmónica União Artística Riedense - Fed. nº 226

— Joaquim Duarte Marreiros —

SECRETÁRIO - Rancho Folclórico Fazendeiros de Montemor-o-Novo - Fed. nº 1748

— Florêncio António Azinheira Cacete —

RELATOR - Academia de Santo Amaro - Fed. nº 7

— José Tomé Felix —

CONSELHO GERAL

— Alexandre dos Santos Castanheira —

— Alfredo Duarte Camões Flores —

— António Inácio —

—Diniz Espirito Santo Jaime
—José Maria Silva
—Rogério Manuel Madeira Raimundo

—— Após lavrada a presente acta, deram-se por encerrados os trabalhos sendo afixadas nos salão e junto da porta da entrada os resultados apurados.

A Mesa da Assembleia Geral

Ana Teresa Carvalho Pires

José Gomes Alves

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 64

— Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dois, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a assembleia Geral da federação Portuguesa das colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede sita na Rua da Palma número 248, com a seguinte ordem de Trabalhos:

— Ponto um. discussão e votação da Proposta da Direcção da actualização da Quota.

— Ponto dois. discussão e votação do Plano de actividades e orçamento para o ano de dois mil e três.

— A mesa da assembleia Geral foi constituída por Presidente, engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho — Segundo Secretário José Matias Beda — Secretário Suplente Carlos José Sousa Pinto

— A sessão foi iniciada pelo senhor Presidente da mesa da assembleia Geral, começou por ler a convocatória com a respectiva ordem de Trabalhos, em seguida propôs a leitura das actas anteriores números 62 e 63; na acta número 63 foram notadas as seguintes correções a fazer, assim: onde se lê Sport Lisboa e Campolide Federada número 373. deve ler-se 372.

onde se lê vogal da direcção Maria João Santos. deve ler-se Maria João Paiva dos Santos

onde se lê vogal da direcção Angelo Santos deve ler-se Angelo Augusto dos Santos

— Aceites as correções foram colocadas à votação tendo sido aprovadas por unanimidade.

— Prosseguiu a assembleia Geral, com a leitura pelo segundo secretário da Correspondência, Clube Recreativo da Cruz de Pau, a justificar a ausência na presente assembleia do primeiro secretário da assembleia Geral senhor António Joaquim, por este se encontrar ausente na cidade de Estremoz.

— O senhor Presidente da mesa da assembleia Geral, deu

de seguida abertura à ordem de Trabalhos: ——
Pediu a palavra a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, questionando que o aumento da quota fosse discutido na Assembleia Geral, salientando ainda que deveria ter sido feita junto das colectividades uma acção de sensibilização para o efeito, ——
— Sociedade Musical União do Beato, perguntou se as quotas eram ou não iguais em todo o país, prosseguiu fazendo algumas considerações á situação actual do movimento associativo no nosso país, sugerindo que se devem criar novas estruturas que aliaz já vêm sendo necessárias de à anos atraz, propõe um aumento da quota anual para 60 euros, em virtude da Federação trabalhar com algumas dificuldades financeiras, por outro lado já vinha em benefício da própria confederação. ——
— Liga dos amigos das minas de S. Domingos, concorda com o aumento da quota proposto pela Federação, embora possa vir a assustar algumas colectividades mesmo sendo uma importância pequena, chamou à atenção a Federação para não desprezar a quotização em atrazo por algumas colectividades. ——
— Grupo Desportivo Quinta do Monsenhor, referiu que esta situação quando mexe com dinheiro referente a aumentos é sempre difícil, em especial para as colectividades mais pequenas, é da opinião que a Federação faça um aumento de quotas todos os anos, está de acordo com a proposta de aumento da Federação. ——
— Sociedade Instrução Recreio Barreirense "os Penicheiros" penso que hoje em dia a maioria das colectividades, passam por algumas dificuldades financeiras, naturalmente à semelhança da Federação, referiu que a sua colectividade não procede a aumento de quotas há seis anos, julga existir um grande universo de colectividades, que ainda não são federadas, considera que a Federação ao propôr este aumento de quota teve em conta as dificuldades

que as associadas atravessam, está de acordo com a proposta da Federação, até porque se aproxima mais do valor da quota da Federação do Porto. ——

—— Sociedade Filarmónica União Caniçalense, começou por referir o valor das quotas da sua colectividade são de um euro e para reformados é de 0.75 cêntimos, concordando com o aumento de quota proposto pela Federação. ——

—— Tomou a palavra o senhor Presidente da Direcção, Artur José Gonçalves Martins, informando que tem mantido contactos com as colectividades de norte a sul do País, federadas e não federadas, salientou ainda que tem sido feitas todas as diligências para que a revista Elo Associativo chegue a todas as colectividades, considera que existem algumas que têm uma ideia errada da actividade e das áreas que a Federação abrange, outras ainda não sentiram a necessidade de se federarem, têm de haver um esforço conjunto para levar a cabo os nossos objectivos a transformação da Federação em Confederação, o que terá contribuir para uma melhor desenvolvimento do movimento associativo. ——

—— Casa do Povo de Carnaxide, começou por discordar da data desta Assembleia, disse que a Federação só começou a aparecer depois do congresso de Almada, acha que a Federação deve ter uma intervenção mais junto das colectividades, aprova a proposta da Federação do aumento da quota para 35 Euros. ——

—— Sociedade Filarmónica Fraternidade de Damaia, em relação ao aumento de quota proposto pela Federação, começou por pretendia saber algo mais para que pudesse transmitir aos colegas, questionou que as colectividades que pagam quotas, não são beneficiadas em relação àquelas que não pagam, a divulgação feita através da Revista julga não ser a mais eficaz. ——

—— Senhor Eduardo Marques, elemento da Direcção, Tomou a palavra dizendo que a dinamização do associativismo está muito difícil, é necessário cada vez mais um

esforços conjuntos, de forma a que o movimento associativo possa ultrapassar as dificuldades que lhe são colocadas, sugeriu que após a formação da confederação, deverá haver outro aumento de forma a actualizar.

— Senhor José Maria da Silva, elemento do Conselho Geral, começou por expressar a sua ideia dizendo que a federação, deverá fazer uma campanha organizada, com o fim de informar e esclarecer as colectividades, isto porque muitas ainda não estão sensibilizadas, referiu que no Porto as as colectividades foram visitadas porta a porta, quando do aumento de quotas, por sinal algumas por não estarem de acordo com o referido aumento até desistiram, pensa que a partir da formação da confederação, as quotas devem ser uniformizadas de norte a sul do país.

— Senhor Angelo Augusto dos Santos, elemento da direcção, falou da sua experiência, salientando que o contacto mais importante é aquele que se faz directamente junto das colectividades, é a maneira mais fácil de as informar das vantagens que beneficiam sendo federadas, é também uma forma de angariar mais associadas, adiantou ainda que Ansião é um exemplo disso, mesmo, cerca de cinquenta por cento das colectividades não eram federadas, hoje existe apenas uma pequena percentagem que ainda não se associaram, informou ainda que após a realização do congresso de Lomes já se federaram mais de duzentas colectividades.

— Sociedade musical reunião do Beato, usou a palavra referindo que se até 31 de maio, fôr formada a confederação, deve fazer-se um plenário a nível nacional, e então formar as associações concelhias, e as federações distritais.

— Senhor Presidente da direcção, voltou a intervir fazendo uso da palavra de maneira a informar e esclarecer pormenorizando os vários pontos e objectivos relativamente às actividades bem como do orçamento para o ano de dois mil e três.

— Senhor Tesoureiro, António José Maria Melo, prosseguiu transmitindo os seus esclarecimentos relativos ao orçamento,

explicando os quês e porquês das várias rubricas, quer de receitas quer de despesas.

— Não havendo mais intervenções sobre a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Geral, procedeu à votação. Tendo sido aprovada por unanimidade.

— Não havendo outros assuntos para discussão nesta Assembleia, o senhor Presidente da Assembleia Geral, deu por encerrada a sessão cerca das dezasete horas e vinte minutos, para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e votada vai pelos membros da mesa ser assinada.

José [illegible]

[illegible]

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ACTA Nº 65

— Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão extraordinária na sua Sede, sita na Rua da Palma número 248 em Lisboa, com a seguinte ordem de Trabalhos;

— Ponto um:- Discussão e votação Proposta da Direcção de Anulação da deliberação da Assembleia Geral de 8-11-1997, sobre a Criação de uma Confederação de Colectividades;-

— Ponto Dois:- Discussão e votação de Proposta da Direcção de alteração aos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com vista à sua Transformação na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto;

— A mesa da Assembleia foi constituida por,

— Presidente: Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Cavalheiro,

— Segundo secretário: José Matias Bexiga,

— Secretário Suplente: Carlos José Sousa Pinto,

— Abriu a sessão o senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral, lendo a Convocatória com a ordem de Trabalhos, prosseguiu informando que a Federação de Lisboa e do Porto, Têm sido a estabelecer contactos com vista à Transformação da Federação em Confederação.

— Para do foro de Correios, pediu algumas esclarecimentos sobre as Propostas em discussão, dou ainda o seu Parecer relativamente à ordem como deveu ser convocadas as instituições, Associações Concelhias, Federações Distritais e a Confederação, não sendo assim pede que o esclarecam como;

— José Maria da Silva, Vereador do Pelouro Social, as instituições de Lisboa e Porto, Têm uma Proposta de consenso que foi orientada no sentido da formação da Confederação, embora com algumas dificuldades de ordem juridica, mas que serão ultrapassadas;

— O senhor Presidente da Direcção, usou da palavra situando a sua intervenção, no esclarecimento sobre os pontos da ordem de trabalhos, de modo a transmitir os objectivos que se pretendem alcançar através destas propostas focando as vantagens que estas trazem para o movimento associativo, em especial a transformação da federação em Confederação; ——

— Maria João Paiva dos Santos, "Direcção" prestou alguns esclarecimentos sobre pontos jurídicos, acabando por explicar, como do ponto de vista legal, se pode formar a Confederação, para tal deve ser aproveitada a estrutura nacional da federação, pode ser transformada em Confederação; ——

— Não havendo mais intervenções sobre a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Geral, procedeu à votação da proposta da Direcção, tendo sido aprovada por unanimidade, —

— Não havendo outros assuntos em discussão nesta assembleia, o senhor Presidente da assembleia Geral deu por encerrada a sessão cerca das dezoito horas e trinta minutos, —

— Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e votada vai pelos membros da mesa ser assinada; ——

José Medina Rejo

ACTA Nº 66

Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de dois mil e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a assembleia geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede sita na Rua da Palma número duzentos e quarenta e oito, tomou a seguinte ordem de Trabalhos.

— PONTO ÚNICO - Discussão e votação do relatório e contas da direcção e do parecer do conselho fiscal, referente ao ano de dois mil e dois.

— A mesa da assembleia Geral foi constituida, pelo Presidente, Carlos Eduardo moreira de Carvalho, pelo Secretário, José Matias Bexiga, pelo secretário substituto, Carlos José Sousa Pinto, por ter faltado com antecedência o primeiro Secretário.

— A assembleia iniciou-se com a leitura das actas anteriores números sessenta e quatro e sessenta e cinco, lidas e lidas, salientou-se que na acta número sessenta e cinco, havia uma correção a fazer, assim onde se lê Federação de Lisboa e do Porto, deve ler-se Federação Portuguesa das colectividades de Cultura e Recreio, e Federação Distrital do Porto, aceite a correção, foram colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

— Prosseguiu a assembleia com o secretário substituto a ler a correspondência recebida, e o Presidente da assembleia a ler uma moção do secretariado Permanente da Comissão Instaladora da Federação de Colectividades do Distrito de Setúbal.

— Em seguida leu a convocatória para esta assembleia com a respectiva ordem de Trabalhos.

— O Presidente da direcção usou a palavra, transmitindo a actuação desta, salientando que tem continuado a dar cumprimento a todas as actividades já programadas pela direcção anterior, referindo ainda que dos protocolos existentes com a C.M.L., com esta nova Vereação Camarária não foram renovados, pelo contrário, os muitos pedidos, os

muitas solicitações feitas para reunir com as Federação, até à data nunca se mostraram disponíveis para nos receber. —
- Relativamente às actividades, entre várias destacou, a legislação, formação, Jogos Tradicionais, alfabetização, e a Prevenção Primária contra a Toxicodependência, a Publicação regular da nossa Revista Alo Associativo. —
Continuou a estruturação, com a formação das federações Distritais de Evora, Faro e Setubal. —
- Sobre a legislação têm vindo a ser feitas várias demarches, em especial com o Presidente da Assembleia da República, e os Grupos Parlamentares. —
Têm sido realizados cursos de formação de dirigentes em várias zonas do País, organizamos a corrida da Liberdade, Programas de Rádio, mas não havendo apoios é extremamente difícil a sua Transmissão, mantemos o Inter Regiões através da Rádio Renascença. —
- Prosseguiu com a intervenção do senhor Tesoureiro, informando em pormenor como decorreu todo o movimento das Contas durante o ano de dois mil e dois, referindo que o saldo negativo existente deve-se principalmente à falta de liquidação das quotas, pelas nossas federadas, e em parte também porque não houve apoios. —
A Incrível Almadense, disse que as colectividades sentem na pele o efeito da quotização, por outro lado referiu que é preocupante a dívida das federadas em termos de quotização, pelo que devem ser tomadas as medidas necessárias de modo a recuperar esta dívida, pensa que vai ser muito difícil à Confederação distribuir verbas, as quais possivelmente não receberá, será no entanto um trabalho a desenvolver pela própria Confederação na conquista de mais associadas. —
O Presidente da Direcção começou por referir que temos poucas colectividades federadas e para pior são muitas as que estão atrazadas nos pagamentos das quotas, esperamos com a formação de novas federações distritais e novas associações concelhias, venham a associar-se um grande número de colectividades, relativamente à quotização em atraso. a

Federação vai envidar todos os esforços ao seu alcance para a sua recuperação.

O Bairro Janeiro, pensa no entanto, que com a constituição de novas associações, venham as receitas ainda a diminuir.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o Relatório e Contas à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, de seguida pôs à votação o Parecer do Conselho Fiscal, o qual também foi aprovado por unanimidade.

— A seguir - "os Penicheiros" da seguinte;

MOÇÃO

Num momento trágico para a humanidade em que milhares de Toneladas de Bombas são despejadas sobre o Iraque, semeando a destruição e a morte de Crianças e Cidadãs inocentes, por todo o mundo os Povos levantam-se, organizando manifestações gigantescas e outras acções de luta pela paz e contra a guerra.

A este crime de guerra associa-se o governo Português, fazendo o papel de "mordomo de cerimonias" na Cimeira da Guerra que se realizou nas Açores contrariando a maioria esmagadora dos Portugueses e violando, claramente, a Constituição da República Portuguesa.

Está neste momento a decorrer entre o Marquês de Pombal e o Rossio mais uma grande manifestação contra a guerra.

Tendo em conta a impossibilidade da nossa Participação nesta grande Luta Pela Paz e Contra a Guerra, a Assembleia Geral do F.P.C.C.R. Reunida no mesmo dia em Lisboa, decide saudar todos os Portugueses que lutam contra a guerra, incitando-os a continuar essa luta, denunciando os Governos Criminosos dos E.U.A, do Reino Unido, e do Espanha, de Portugal e de outros Países que os apoiam neste autentico genocídio contra o Povo Iraquiano.

O Presidente pôs esta Moção à votação para admissão, sendo a mesma admitida por unanimidade, em seguida a Moção foi posta a discussão, e não havendo intervenções foi votada sendo aprovada por maioria, com duas abstenções, em seguida quando o Presidente informou que iria ser elaborada a respectiva acta,

O SIRB "os Pescheiros" entregou a seguinte Proposta; ——

PROPOSTA

Considerando o Pouco Tempo existente entre esta Assembleia Geral de Aprovação do Relatório e Contas e a Assembleia Geral Extraordinária de alteração dos Estatutos;
Considerando a importância desta última Assembleia e a necessidade de evitarmos o seu atraso, propomos:
que a Assembleia Geral da F.P.C.E.R. de Plenos Poderes à mesa da A.G. para elaborar e Tambem aprovar a respectiva acta da Sessão ordinária para a discussão e aprovação do Relatorio e contas da Direcção e o Parecer do conselho Fiscal relativo ao exercício do Ano de Dois mil e dois. Digo Dois. ——
Esta Proposta foi Posta à discussão e admitida por unanimidade. Não havendo Intervenções na sua discussão, ela foi Votada e aprovada Tambem por unanimidade. ——
Com base nesta Proposta, a Mesa da Assembleia Geral fica mandatada para Assembleia Geral, Para elaborar e Aprovar a acta desta Sessão. ——
Não havendo mais assuntos em discussão, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos. —
Para que conste se lavrou a Presente acta, que foi achada Conforme e aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia Geral, com o mandato que esta lhes Conferiu, a qual, para sua inteira fé e Solidade vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários. —

PRESIDENTE
2º SECRETÁRIO José
SECRETÁRIO SUPLENTE

- Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de dois mil e Três, pelas dezasseis horas reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão extraordinária, na sua sede, sita na Rua da Palma, numero duzentos e quarenta e oito, com a seguinte ordem de Trabalhos:
— Ponto Único – Discussão e aprovação da proposta da Direcção de alteração dos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, de modo a Transformar-se em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto. —
- A Presidência foi ocupada pelo respectivo Presidente da Assembleia Geral - Carlos Fernando Moreira de Carvalho, e secretariado pelo Segundo secretário, José Matias Beja, e pelo secretário suplente, Carlos José Sousa Pinto, por Ter faltado, com justificação, o Primeiro secretário.
- De seguida, o Presidente declarou aberta a sessão.
- Como não havia expediente, nem necessidade de analisar Período antes da ordem de trabalhos, entrou imediatamente nesta.
- O Presidente informou que nessa altura estavam inscritas no livro de Presenças, Trinta federadas.
- O Presidente confirmou que Todos os Presentes já Possuiam um exemplar da Proposta da Direcção, a qual fica em anexo à Presente acta.
- O Presidente informou que de acordo com o numero um do artigo 17º dos Estatutos as alterações estatutárias Terão de ser aprovadas por Três Quartos dos votos das federadas Presentes.
— Em seguida o Presidente pôs à discussão na generalidade a proposta, dando a palavra ao Presidente da Direcção para explicação da mesma.
— Este lembrou que estas alterações vêm na sequência do Congresso de Lisboa e que correspondem ao empobrecimento da Direcção na sua Concretização.
- A Academia Almadense, informou que recebeu Tardiamente

a Proposta de alteração dos Estatutos.
— O Ginásio do Alto Pina, informou que o seu Presidente teve que ausentar-se à Federação afim de levantar a proposta.
— A Direcção Continua que as Convocatórias foram enviadas, a Todas ás federadas no Passado mês de Janeiro, acompanhadas de um ante Projecto de alterações aos Estatutos, o qual Tambem já Tinha sido distribuido na assembleia Geral que se realizou no Passado mês de Dezembro.
— Não Havendo mais intervenção, a Proposta foi Votada na generalidade e aprovada por Unanimidade, com Trinta Votos a favor.
— Em seguida o Presidente Passou á discussão e Votação na especialidade.
— Alteração do Titulo do Capitulo I - não houve intervenção e foi aprovada por unanimidade com Trinta Votos a Favôr.
— Artigo 1º - Numero um - que será modificado para os números um e dois - após diversas intervenções, nomeadamente sobre a hipotese de acrescentar a data desta assembleia Geral, a alteração foi votada e aprovada por maioria com Vinte seis votos a favor, uma abstenção e nenhum Voto Contra.
— Artigo 1º Numero Dois - que passará a numero Três - não houve intervenções e foi aprovada com Trinta Votos a Favôr.
— Artigo 1º - Numero Três e Numero quatro - que se fundem no novo número Quatro - não houve intervenção e foi aprovada com Trinta Votos a Favor.
— Artigo 2º - Introdução não houve intervenções e foi aprovada com Trinta Votos a favôr.
— Artigo 2º - Alinea Nova - que toma a designação de alinea a) - não houve intervenções e foi aprovada com Trinta Votos a favor.
— Artigo 2º - Alinea a) - Passa a alinea b) - não houve intervenções e foi aprovada com Trinta Votos a favor, por unanimidade.
— Artigo 2º - Alinea b) - Passa a alinea c) não houve

intervenções e foi aprovada por unanimidade com, Trinta votos a favor.
— ARTIGO 2º Alínea e) — Para Suprimir — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor.
— ARTIGO 2º Alínea d) — houve intervenção sobre a oportunidade desta alteração a final foi votada e aprovada por maioria, com Vinte e Nove votos a favor, uma abstenção e Dez votos contra.
— ARTIGO 2º - Alínea e) — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor.
— ARTIGO 2º - Alínea e) — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor.
— ARTIGO 2º - Alínea a) — não houve intervenção e a proposta foi aprovada por unanimidade com Trinta Votos a favor.
— ARTIGO 2º - Alínea h) — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Vinte e Nove votos a favor.
— ARTIGO 2º - Alínea i) — não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor.
— Entretanto, entrou na mesa uma Proposta, que se junta no anexo 2 a esta acta, apresentada pela Federação de mais seiscentos e oitenta e dois, Clube Recreativo Bairro de Janeiro, no sentido de criar uma nova Alínea d) com a seguinte redacção: "Promover estudos com vista a aprofundar o conhecimento do movimento associativo".
— A Direcção deu o seu acordo a juntar esta à sua Proposta.
— A Proposta foi votada para Admissão, sendo admitida por unanimidade. Após discussão foi votada e aprovada, por unanimidade, com Vinte nove votos a favor.
— ARTIGO 3º - não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade com Vinte e nove votos a favor.
— ARTIGO 4º — não houve intervenções e foi aprovado por unanimidade, com Vinte oito votos a favor.
— ARTIGO 5º — Para Suprimir, não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade com Trinta votos a favor.—

— Capítulo II — Novo Título — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. —
— ARTIGO 6º — Passa a artigo 5º — Número um — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta e um votos a favor. ———
— ARTIGO 7º — Número um — Passa a ARTIGO 5º — Número dois —, não houve intervenções, e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta e um votos a favor. ———
— ARTIGO 7º — Número dois — Passa a artigo 5º — Número Três —, Foi sugerido que Tambem um grupo de Associados pudesse fazer propostas para associados de mérito, e a Direcção acolhem a sugestão na sua proposta, acrescentando no fim do Texto " ou de, no mínimo cinquenta e uma associados efectivas no pleno gozo dos seus direitos". A proposta, com este Texto incluido foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———
— Novo Número — Passa a ser ARTIGO 5º — Número quatro — Tambem foi acrescentado á proposta o mesmo Texto do Número anterior, e a mesma foi aprovada por unanimidade com Trinta votos a favor. ———
— ARTIGO 8º — Passa a ARTIGO 6º — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———
— ARTIGO 9º — Introdução — Passa a ARTIGO 7º — Introdução — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———
— ARTIGO 9º — Alínea a) — Passa a ARTIGO 7º — Alínea a) — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———
— ARTIGO 9º — Alínea b) — Passa a ARTIGO 7º — Alínea b) — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———
— ARTIGO 9º — Alínea c) — Passa a ARTIGO 7º — Alínea c) — após algumas intervenções a proposta foi posta á votação e aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———

— ARTIGO 9º - Alínea d) — Passa a artigo 7º - Alínea d) — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com trinta votos a favôr. —

— ARTIGO 9º - Alínea e) - Passa a artigo 7º - Alínea e) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favôr. —

— ARTIGO 10º - Número um - Passa a ARTIGO 8º - NÚMERO ÚNICO - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favôr. —

— ARTIGO 10º - Alínea a) - Passa a artigo 8º - Alínea a) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favôr. —

— ARTIGO 10º - Alínea b) - Passa a artigo 8º - Alínea b) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favôr. —

— ARTIGO 10º - Alínea c) — Para suprimir - houve algumas intervenções no sentido de discordarem esta Proposta de supressão. A Direção alegou os elevados custos para enviar às associadas o Relatório e Contas, Parecer do Conselho Fiscal e orçamento. Posta à votação a proposta foi rejeitada, com quinze votos contra, doze votos a favor e nenhuma abstenção. —

— Assim ficou o TEXTO actual, embora Parte a artigo 8º - Alínea c) -, o qual teve de ser rectificado substituindo F.P.E.E.R. por C.P.C.C.R.D., Posta à votação esta alteração foi aprovada por unanimidade, com vinte e ~~sete~~ votos a favôr. —

— ARTIGO 10º - Alínea d) — Passa a artigo 8º - Alínea d), foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor. —

— ARTIGO 10º - Alínea e) — Passa a artigo 8º - Alínea e) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. —

— Nova Alínea, que ficará como artigo 8º - Alínea f) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. —

— ARTIGO 10º - Alínea f) - Passa a artigo 8º - Alínea g) - mantendo o mesmo Texto actual. —

— ARTIGO 10º - Número dois - Para suprimir - não houve intervenções a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. ———
— ARTIGO 11º - Número um - passa a artigo 9º - houve diversas intervenções sobre esta Proposta, em especial sobre o rigor com que as associadas deve ser eliminadas por falta de pagamento de quota. Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria com vinte cinco votos a favor, e duas abstenções e nenhum voto contra. ———
— ARTIGO 11º - Número dois - Para Suprimir - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. ———
— CAPITULO III - NOVO Título - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. —
— Dado que nesta altura, muitas colaborações manifestaram o desejo de se pronunciarem devido ao adiantado da hora, e como ainda faltavam muitos artigos, o Presidente decidiu Suspender os Trabalhos às Dezoito horas e Trinta minutos, marcando desde logo a sessão de Continuação para o Próximo dia Cinco de Abril de dois mil e três, pelas catorze horas, no mesmo local.-
— Para que conste se lavrou a Presente acta, a qual para sua inteira fé e Solidade vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários. ———
O Presidente -
O segundo secretário - José [illegible]
O secretário Suplente - [illegible]

ACTA Nº 68

— Aos cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e Três, pelas catorze horas e Trinta minutos, na sua sede, sita na Rua da Palma Número duzentos e quarenta e oito, Reabriram os Trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, para Continuação dos Trabalhos da sessão anterior, estando inscritas, Vinte e Cinco federadas cujos nomes constam no respectivo livro de Presenças. —

— A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo — Presidente, Carlos Fernando Moreira de Carvalho, pelo segundo Secretário, José Matias Beja, e pelo Secretário Suplente, Carlos José Sousa Pinto, por Ter faltado com justificação o Primeiro Secretário. —

— O Presidente da Assembleia reabriu os Trabalhos, pedindo ao segundo secretário para ler a acta anterior Número Sessenta e sete, a acta foi lida e discutida, sendo sugerido que se acrescentasse a declaração do Senhor, Joaquim Marreiros, Presidente da Sociedade Filarmónica Artistas Lisbonense e do Conselho Fiscal desta federação, referindo que não se podia utilizar a justificação da falta de dinheiro para Suprimir a alínea e) do Artigo 10º. Com esta Correcção, a acta foi aprovada por unanimidade. —

— Em seguida o Presidente leu o expediente entrado. —

— O Presidente entrou na ordem de Trabalhos, dando continuidade à Sessão anterior, onde se Tinha ficado no artigo 12º Actual. —

— Artigo 12º passa a artigo 10º - houve imensas intervenções quer da direcção explicando o motivo da Proposta Conter o Congresso e o Conselho Nacional, quer de algumas federadas salientando que o Conselho Nacional deveria ser representativo de Todas as Associadas. Após alguns esclarecimentos da Direcção a Proposta foi aprovada por maioria com Vinte e quatro votos a favor, Três abstenções e nenhum voto Contra. —

— Aprovada esta alteração houve necessidade de adaptar alguns artigos anteriores, que falavam a Assembleia Geral, assim

Foram analizados: ——————————

— ARTIGO 5º - Número Três - a Proposta da Direcção entregue nesta sessão não foi alvo de intervenções e foi aprovada por unanimidade, com vinte cinco votos a favôr. ——————

— Futuro ARTIGO 5º - Número Quatro - (Igual à Anterior). -

— Futuro ARTIGO 7º - Alínea a) - (Igual à anterior). —

— Futuro ARTIGO 7º - Alínea c) - houve intervenções indicando que deveria ser o Conselho Nacional a estabelecer o valor da Quota. A Proposta da Direcção, foi votada e aprovada por maioria com vinte votos a favor, Dois votos Contra e Quatro abstenções. ——————

— FUTURO ARTIGO 8º - Alínea a) - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade com vinte seis votos a favôr. ——————

— FUTURO ARTIGO 8º - Alínea c) - (Igual ao anterior), — concluída a analise deste artigo, o Presidente voltou à ordem inicial, colocando à discussão o ARTIGO 13º. ——————

— ARTIGO 13º Número um - Passa a artigo 11º - Numero um - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte seis votos a favor. ——————

— ARTIGO 13º - Número Dois - Passa a Artigo 11º - Número Dois - houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por maioria com vinte cinco votos a favôr, e uma abstenção e nenhum voto contra. ——————

— ARTIGO 13º - Número Três - Passa a artigo 11º - Número Três - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade com vinte seis votos a favôr. ——————

— Novo Número Quatro - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte seis votos a favôr. ——————

— O Presidente da Assembleia sugeriu à Direcção e à Assembleia que o número quatro do futuro ARTIGO 20º - Passe para número cinco do futuro Artigo 11º -, porque diz respeito a Todos os orgãos Sociais. A Assembleia esteve de acordo e este número foi posto à discussão e votação,

Tendo obtido vinte cinco votos a favôr, tendo aprovada por unanimidade.

— CAPITULO IV – TITULO – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte cinco votos a favôr.

— ARTIGO 11º – Número um – Passa a ARTIGO 12º – Número um – não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte cinco votos a favôr.

— ARTIGO 14º – Número dois – Passa a artigo 12º – Número dois – (igual ao anterior).

— Entretanto a federada Número um, academia Recreio artistico, entregou em mesa uma Proposta para acrescentar os números Três e quatro, Tendo a mesma sido admitida por unanimidade, posta às discussão e votação, o Número Três foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favôr Três abstenções e um voto contra, o número quatro embora Tenha Tido dezasseis votos a favor Três abstenções e quatro votos contra, não reunin os Três quartos necessários para ser aprovado.

— ARTIGO 15º – Passa a artigo 13º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e Três votos a favôr.

— ARTIGO 16º – Passa a ARTIGO 14º – após várias intervenções, com sugestões de outros Periodos para Convocação do Congresso, a Direção decidiu alterar a proposta do mínimo de quinze dias para o mínimo de Trinta dias, a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte quatro votos a favôr.

— ARTIGO 17º – Número um – Passa a artigo 15º – Número um – não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favôr.

— ARTIGO 17º – Número dois – Passa a ARTIGO 15º – número Dois – (igual ao anterior) –.

— ARTIGO 18º – Alínea a) – suprimir – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favôr.

— ARTIGO 18º - Alínea b) - Seguinte - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— ARTIGO 18º - Alínea c) - Passa a ser Todo o Texto do NOVO ARTIGO 16º -, que terá um número único -, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatros votos a favor. ———
— ARTIGO 19º - Passa a ARTIGO 17º - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a Favor. ———
— ARTIGO 19º - Alínea a) - Passa a ARTIGO 17º - Alínea a) -, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. —
— Alínea Nova que será Alínea b) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— ARTIGO 19º - Alínea b) - Passa a ARTIGO 17º - Alínea c) -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ——
— ARTIGO 19º - Alínea c) - Passa a artigo 17º - Alínea d) -, houve diversas intervenções defendendo que o Conselho Fiscal não deveria solicitar a Convocação do Congresso, mas a Proposta acabou por ser aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, uma abstenção e um voto Contra. ——
— ARTIGO 19º - Alínea d) - Passa a ARTIGO 17º - Alínea e) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a Favor. ———
— CAPITULO V - NOVO Titulo -, não houve intervenção a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a Favor. ———
— ARTIGO 20º - Passa a artigo 18º - houve uma Proposta da federada número cento e onze, Sociedade Musical União do Beato, que foi admitida por maioria com duas abstenções e cinco votos contra, mas que acabou por não reunir os três quartos necessários na votação, uma vez

que teve doze votos a favor, duas abstenções e oito votos contra.-
— A Proposta da Direcção acabou por ser aprovada por maioria com vinte votos a favor, duas abstenções e nenhum voto contra.-
— CAPITULO VI - Manteve-se texto inicial. ———————
— ARTIGO 21º - Passa a artigo 19º - Houve diversas intervenções sobre a composição da Direcção e uma proposta do Clube Campismo Concelho de Almada, esta proposta foi admitida por maioria, com quatro votos contra e duas abstenções, após várias intervenções o delegado desta Federada decidiu retirar a Proposta, o que a Assembleia aceitou e entregá-la a Direcção Tendo em vista o Regulamento Geral interno. ———————
— A Proposta da Direcção foi votada e aprovada por unanimidade, com oito votos a favor. ———————
— Dado que nesta altura, muitas Colectividades manifestaram o desejo de se ausentarem devido ao adiantado da hora, e como ainda faltavam muitos artigos, o Presidente decidiu Suspender os Trabalhos às dezanove horas e quinze minutos, marcando desde logo a sessão de Continuação para o próximo dia doze de Abril de dois mil e Três, pelas catorze horas, no mesmo local.-
— Para que conste se lavrou a Presente acta, a qual para sua inteira fé e validade vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-
O Presidente -
O Segundo secretário - José Joaquim [illegible]
O Secretário Suplente - [illegible]

ACTA Nº 69

— Aos Doze Dias do Mês de Abril do Ano de Dois mil e Três pelas catorze horas e Trinta minutos, na sua sede sita na Rua da Palma número Duzentos e Quarenta e oito, Reabriram os Trabalhos da Assembleia Geral extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, para Continuação dos Trabalhos da Sessão Anterior estando inscritas inicialmente trezentas federadas, cujos nomes constam no Respectivo Livro de Presenças. —

— A Mesa da Assembleia Geral foi Constituída Pelo. —

— Presidente - Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Pelo Segundo Secretário - José Matias Beja, e Pelo secretário Suplente - Carlos José Sousa Pinto. —

— O Presidente da Assembleia recebeu os Trabalhos, pedindo ao segundo Secretário para ler a acta anterior número Sessenta e oito, da Sessão anterior. —

— A Acta foi Lida e discutida, tendo Sugerido que se Clarificasse a intenção "igual ao anterior" que figura no futuro Artigo 5º - Número Quatro, futuro Artigo 7º - Alínea a), Artigo 14º - Número Dois e Artigo 17º - Número Dois. Essa Clarificação é a Seguinte: —

— FUTURO ARTIGO 5º - NÚMERO Quatro — não houve intervenção, e a proposta foi aprovada por unanimidade com Vinte Cinco Votos a Favor. —

— FUTURO ARTIGO 7º - Alínea a) - não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte Cinco Votos a favor. —

— ARTIGO 14º - Número Dois - Passa a artigo 12º - Número Dois - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte Cinco Votos a favor. —

— ARTIGO 17º - Número Dois - Passa a artigo 15º - Número Dois - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte e quatro votos a favor. —

— Com estas clarificações, a ACTA Número Sessenta e oito foi aprovada por unanimidade. —

— Como não havia ex pediente, o Presidente entrou imediatamente na ordem de Trabalhos, dando continuidade à Sessão Anterior, na qual se tinha ficado no actual artigo 22º. ———

— ARTIGO 22º - Para Suprimir - após várias intervenções referindo que, pelo menos, a alínea a) - se deveria manter, a Proposta foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, uma abstenção e um voto Contra. ———

— ARTIGO 23º - Para Suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ———

— ARTIGO 24º - Para Suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ———

— ARTIGO 25º - Para suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ———

— ARTIGO 26º - número um - Para passar a ARTIGO 20º - NÚMERO UM - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ———

— ARTIGO 26º - número dois - Passa a ARTIGO 20º - número dois, com o mesmo TEXTO actual. ———

— ARTIGO 26º - número Três - Passa a ARTIGO 20º número Três - após várias intervenções, a Direcção aceitou substituir Conselho Nacional por Congresso, na sua proposta. A Proposta, com esta Correcção foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. —

— ARTIGO 26º - número Quatro - já Tinha sido discutido e votado na sessão anterior, uma vez que foi integrado no Futuro ARTIGO 11º - número Cinco. ———

— ARTIGO 27º - Passa a ARTIGO 21º - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. -

— ARTIGO 28º - Para Suprimir - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. -

— ARTIGO 29º - a Proposta era para Passar a ARTIGO 22º, - Com Três números - no decorrer da discussão, a Direcção decidiu reunir os números um e dois num único número um, com o seguinte Texto. ———

— "A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto obriga-se com as assinaturas Conjuntas

do Presidente e do Tesoureiro ou nos seus impedimentos, de um dos Vice-Presidentes e do Vice-Tesoureiro". esta Proposta Consta do anexo número seis a esta acta. ———
—— o Futebol Clube monte Pedral entregou uma Proposta, que figura em anexo número sete a esta acta. A Proposta foi admitida por unanimidade. O Independente Futebol Clube Torrense, Também apresentou uma Proposta, que figura em anexo número oito a esta acta, a qual foi admitida por unanimidade, após discussão os Subscritores destas duas Propostas decidiram retirá-las, o que obteve o acordo da Assembleia Geral. ———
—— Finalmente a Proposta da Direcção foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. ———
—— A Proposta inicial que Tinha o número Três passou assim a número dois e Também foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. ———
—— CAPITULO VII - manteve-se igual ao actual. ———
—— ARTIGO 30º — Passa a ARTIGO 23º —, com o mesmo Texto actual. —
—— ARTIGOS 31º, 32º, 33º, 34º e 35º — Todos para Suprimir — não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo a Proposta aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. ———
—— CAPITULO VIII — Para alterar o seu Título para " do Conselho Nacional" — não houve intervenções e a Proposta foi Aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. ———
—— ARTIGO 36º — Passa a ARTIGO 24º — Com oito números. ——
—— NÚMERO UM — após discussão houve uma Proposta da Federada número UM, Academia Recreio Artístico que figura em anexo número Nove a esta acta. e que foi admitida por maioria com dois votos Contra, após discussão, foi colocada à votação sendo derrotada por Treze votos Contra, dois votos a favor e nenhuma abstenção. de seguida, o Presidente pôs a Proposta da Direcção à votação, sendo aprovada por maioria, com catorze votos a Favor, dois votos Contra e nenhuma abstenção. ———
—— Número Dois — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade. com dezoito votos a favor. ———
—— Número Três — não houve intervenção e a Proposta foi

aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— NÚMERO QUATRO – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— ARTIGOS 37º, 38º e 39º – Todos para suprimir – não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo a proposta aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— CAPÍTULO IX – para alterar o seu Título para " das Estruturas Descentralizadas " – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— ARTIGO 40º – Passa a ARTIGO 25º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. –
——— ARTIGO 41º – Passa a ARTIGO 26º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— ARTIGO 42º – Passa a ARTIGO 27º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— ARTIGO 43º e 44º – ambos para suprimir – não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo a proposta aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ———
——— ARTIGO 45º – A proposta era para passar a ARTIGO 28º –, com dois números – sobre o número um, não houve intervenção e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. —
——— Número dois – foram apresentadas duas propostas, uma da federada número um, Academia Recreio Artístico, que figura no anexo número dez a esta acta, e outra da federada número cento e onze, Sociedade Musical Juvenil do Beato, que figura em anexo número onze, a esta acta, ambas foram admitidas por maioria com uma abstenção, após a discussão o proponente da primeira proposta, a federada número um, retirou-a, o que não teve qualquer objecções da assembleia Geral, ficando assim só a proposta da Direcção e a proposta da federada número cento e onze. ———
——— Esta última Proposta foi posta à votação e derrotada com doze votos contra, cinco votos a favor e nenhuma abstenção. –
——— A Proposta da Direcção foi de seguida posta à votação, obtendo Treze votos a favor, Cinco votos contra e nenhuma abstenção. –

—— Mesar deste Votação, a Proposta Tambem não foi aprovada. Pois não obteve os Três Quartos de Votos necessários estatutáriamente, uma vez que Tal exigiria no mínimo Catorze Votos a favor. ——

—— Assim o novo ARTIGO 28º — Terá um único número, que Corresponde ao número um Proposto e aprovado. ——

—— CAPITULO X e ARTIGOS 46º 47º 48º e 49º Todos para Suprimir — não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo aprovados por maioridade, Com dezoito votos a favor. ——

—— CAPITULO XI — Passa a CAPITULO X —, Com o mesmo Titulo actual

—— ARTIGO 50º — Número Um — Passa a ARTIGO 29º — Número um — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete Votos a favor. ——

—— ARTIGO 50º — Número Dois — Passa a ARTIGO 29º — Número Dois — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. ——

—— ARTIGO 50º — Número Três — Passa a ARTIGO 29º — Número Três —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. ——

—— Número Novo — Fica ARTIGO 29º — Número Quatro —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. ——

—— ARTIGO 50º — Número Quatro — Passa a ARTIGO 29º — Número Cinco —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. ——

—— ARTIGO 50º — Número Cinco — Passa a ARTIGO 29º — Número Seis —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. ——

—— ARTIGO 51º — Para Suprimir —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. —

—— ARTIGO 52º — passa a ARTIGO 30º —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. —

—— ARTIGO 53º — Passa a ARTIGO 31º — Com dois Números —, O Número Um, não Teve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. ——

—— O Número Dois Tambem não Teve intervenções e a

Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XII – Passa a CAPITULO XI –, com o mesmo Título actual. –
—— ARTIGO 54º – Número Um – Passa a ARTIGO 32º – Número Um – na discussão foi sugerido pela Academia Almadense, que em vez de "os Bens e outros utensílios que Guarnecem a Sede;" se considerasse "os Bens universais"? A Direcção da federada aceitou alterar a sua Proposta nesse sentido, pelo que a mesma foi votada com essa modificação. Tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, um voto Contra e nenhuma abstenção. ——
—— ARTIGO 54º – Número Dois – Passa a ARTIGO 32º – Número Dois – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XIII – Passa a CAPITULO XII –, com o mesmo Título actual –
—— ARTIGO 55º – Número Um – Passa a ARTIGO 33º – Número Um – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— ARTIGO 55º – Número Dois – Passa a ARTIGO 33º – Número Dois –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— ARTIGO 55º – Número Três – Passa a ARTIGO 33º – Número Três – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— ARTIGO 55º – Número quatro para Suprimir –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. –
—— ARTIGO 55º – Número Cinco – Passa a ARTIGO 33º – Número Quatro –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XIV – Passa a CAPITULO XIII –, com o mesmo Título actual. ——
—— ARTIGO 56º – Passa a ARTIGO 34º –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XV – Passa a CAPITULO XIV –, com o mesmo Título actual. ——
—— ARTIGO 57º – Número Um – Passa a ARTIGO 35º – Número

Ponto —, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— ARTIGO 57º — Número Dois — Passa a ARTIGO 35º — Número dois —, a Direcção decidiu alterar a sua proposta para "as despesas são as que resultam do exercício das suas actividades, em cumprimento dos Estatutos, do Regulamento Interno e das disposições que lhe sejam impostas por Lei". Houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— CAPÍTULO XVI — Passa a CAPÍTULO XV —, com o mesmo Título actual. —

—— ARTIGO 58º — Passa a ARTIGO 36º —, com Três números. ——

—— Número um — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— Número Dois — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— Número Três — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— CAPÍTULO XVII — Passa a CAPÍTULO XVI, com o mesmo Título actual.

—— ARTIGO 59º — Passa a ARTIGO 37º —, com Dois Números. ——

—— Número Um —, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— Número Dois —, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——

—— Chegados a este Ponto, o secretário Suplente comunicou que se teria de ausentar, para poder apanhar o Comboio para a Covilhã, pelo Pelo que o Presidente convidou para o seu lugar a Senhora DONA Maria Basílio do Grupo Folclore estrelinhas do Sul, o que obteve o acordo da própria e da assembleia. ——

—— NOVO CAPÍTULO XVII — "DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS", com o novo ARTIGO 38º —, foram discutidos em conjunto, havendo diversas sugestões. A Direcção decidiu alterar a sua proposta para:

—— "No Período que decorrerá desde a legalização destas alterações aos estatutos até à eleição dos órgãos Sociais da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, os actuais membros da Mesa da assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal manter-se-ão em Funções, Elaborarão o Regulamento Geral Interno

e convocarão o Congresso para a sua discussão e aprovação e promoverão as eleições para os novos orgãos sociais, assim como darão posse aos novos eleitos, o que deverá acontecer até trinta e um de março do ano de dois mil e quatro».

Esta proposta foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor.

Assim ficou concluido o trabalho de discussão e aprovação das alterações aos estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, de modo a que se transforme em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Em anexo a esta acta figurará como anexo número catorze o texto completo dos estatutos da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Antes do Presidente informar que ia ser elaborada a acta, a federada número onze, sociedade de Instrução e Recreio Barreirense - «os Penicheiros» apresentou uma proposta.

PROPOSTA

1- Considerando o adiantado da hora e os compromissos que alguns dirigentes presentes nesta assembleia têm ainda hoje nas suas colectividades;

2- Considerando a especificidade, a extensão e o laborioso trabalho necessários à elaboração da acta desta terceira sessão da Assembleia Geral Extraordinária.

Propomos à Assembleia Geral que dê plenos poderes à Mesa da Assembleia Geral, para elaborar e aprovar a acta desta terceira sessão da Assembleia Geral Extraordinária para a alteração dos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio para a criação da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Esta proposta foi admitida por unanimidade, foi posta à discussão, não havendo intervenções e foi finalmente aprovada por unanimidade.

Com a aprovação desta proposta a Mesa da Assembleia Geral ficou com plenos poderes para aprovar esta acta.

Não havendo mais assuntos em discussão, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a mesma, cerca das dezoito horas.

— Para que conste se lavrou a presente acta, que foi achada conforme e aprovada por unanimidade pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, com o mandato que esta lhes conferiu e para sua inteira fé e validade vai ser assinada pelo Presidente e Pelos Secretários. ———

— Em Tempo: Folha número quarenta e oito – linha número quinze – deve ler-se artigo 26º – Número um – passa a artigo 20º – Número um – não havendo intervenções e a proposta. ———

— Folha quarenta e nove — verso ~~linha~~ seguir a proposta, deve incluir-se " com a substituição de Associação de federados por Estruturas descentralizadas. ———

— Folha número cinquenta – verso linha seis – entre Regulamento e interno deve incluir-se Geral. ———

— Folha cinquenta e um linha dez – em vez de anexo número catorze deve ler-se anexo Número doze. –

O Presidente

O segundo secretário José [illegible]

O secretário Suplente [illegible]

———

Encerra-se esta acta nº 69, relativa à Assembleia Geral Extraordinária, terminada no dia 12 de Abril de 2003, foi a última que se realizou relativamente à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, que em 31 de Maio de 2003 se passou a denominar Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Lisboa, 5 de Março de 2004

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

22/03/2003

[illegible]

ACTA Nº 66

aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão ordinária, na sua sede sita na Rua da Palma número duzentos e quarenta e oito, com a seguinte ordem de Trabalhos.

— Ponto Único - Discussão e votação do relatório e contas da direcção, e do parecer do conselho fiscal, referente ao ano de dois mil e dois.

— A mesa da assembleia Geral foi constituido. Pelo Presidente, Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Pelo Segundo secretário, José Matias Bexiga, e pelo secretário substituto, Carlos José Sousa Pinto, por ter faltado com justificação o Primeiro Secretário.

— A assembleia iniciou-se com a leitura das actas anteriores números sessenta e quatro e sessenta e cinco, depois de lidas, verificou-se que na acta número sessenta e cinco, havia uma correcção a fazer, assim onde se lê Federação de Lisboa e do Porto, deve ler-se Federação Portuguesa das colectividades de Cultura e Recreio, e Federação Distrital do Porto, aceite a correcção, foram colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

— Prosseguiu a assembleia com o secretário substituto a ler a correspondência recebida, e o Presidente da assembleia a ler uma moção do secretariado Permanente da Comissão Instaladora da Federação de Colectividades do Distrito de Setubal.

— Em seguida leu a convocatória para esta assembleia com a respectiva ordem de Trabalhos.

— O Presidente da Direcção usou a palavra, transmitindo a retracção desta, salientando que tem continuado a dar cumprimento a todas as actividades já programadas pela Direcção anterior, referindo ainda que dos Protocolos existentes com a C.M.L., com esta nova Vereação Camarária não foram renovados, pelo contrário, os muitos pedidos, as

muitas solicitações feitas para reunir com as Federações, até à data nunca se mostraram disponíveis para nos receber. —
- Relativamente às actividades, entre várias destacam-se a legislação, formação, Jogos Tradicionais, alfabetização, e a prevenção Primária contra a Toxicodependência, a Publicação regular da nossa Revista Boletim associativo. —
Continuam a estruturação, com a formação das federações Distritais de Évora, Faro e Setúbal. —
- Sobre a legislação têm vindo a ser feitas várias demarches, em especial com o Presidente da Assembleia da República, e os Grupos Parlamentares. —
Têm sido realizados Cursos de formação de dirigentes em várias Zonas do País, organizamos a Corrida da Liberdade, Programas de Rádio, mas não havendo apoios é extremamente difícil a sua Transmissão, mantemos o Junto Regiões através da Rádio Renascença. —
- Prosseguiu com a intervenção do Senhor Tesoureiro, informando em pormenor como decorreu todo o movimento das Contas durante o ano de dois mil e dois, referindo que o saldo negativo existente deve-se principalmente à falta de liquidação das quotas, pelas nossas federadas, e em parte também porque não houve apoios. —
A Sucursal Almadense, disse que as colectividades sentem na pele o efeito da quotização, por outro lado referiu que é preocupante a dívida das federadas em termos de quotização, pelo que devem ser tomadas as medidas necessárias de modo a recuperar esta dívida, pensa que vai ser muito difícil à Confederação distribuir selos, os quais possivelmente não receberá, será no entanto um trabalho a desenvolver pela própria Confederação na conquista de mais associados. —
O Presidente da Direcção começou por referir que temos poucas colectividades federadas e para dizer são muitas as que estão atrasadas nos pagamentos das quotas; esperamos com a formação de novas federações distritais e novas associações concelhias, venham a associar-se um grande número de colectividades, relativamente à quotização em atraso, a

Federação vai envidar todos os esforços ao seu alcance para a sua recuperação.

O Bairro Janeiro Pereira no entanto, que com a constituição de novas associações, vinham as receitas ainda a diminuir.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o Relatório e Contas a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, de seguida pôs à votação o Parecer do Conselho Fiscal, o qual também foi aprovado por unanimidade.

— A SEGUIR - "os Penitenciais" da seguinte;

MOÇÃO

Num momento trágico para a humanidade em que milhares de Toneladas de Bombas são despejadas sobre o Iraque, semeando a destruição e a morte de Crianças e Cidadãos inocentes, por todo o mundo os Povos levantam-se, organizando manifestações gigantescas e outras acções de luta pela paz e contra a guerra.

A este crime de guerra associa-se o governo Português, fazendo o papel de "mordomo de cerimonias" na cimeira da Guerra que se realizou nas Açores contrariando a maioria esmagadora dos Portugueses e violando, claramente, a Constituição da República Portuguesa.

Está neste momento a decorrer entre o Marquês de Pombal e o Rossio mais uma grande manifestação contra a guerra.

Tendo em conta a impossibilidade da nossa Participação numa grande Luta Pela Paz e Contra a Guerra, a Assembleia Geral da F.P.C.C.R. Reunida no mesmo dia em Lisboa, decide saudar Todos os Portugueses que lutam contra a guerra, incitando-os a continuar essa luta, denunciando os Governos Criminosos dos E.U.A, do Reino Unido, e do Estado Português, de Portugal e de outros Países que os apoiam neste autentico genocídio contra o Povo Iraquiano.

O Presidente pôs esta Moção à votação para admissão, sendo a mesma admitida por unanimidade, em seguida a Moção foi posta à discussão, e não havendo intervenções foi votada sendo aprovada por maioria, com duas abstenções, em seguida quando o Presidente informou que iria ser elaborada a respectiva acta,

O SIRB "os Pescheiros" entregou a seguinte Proposta; ——

PROPOSTA

Considerando o Pouco Tempo existente entre esta Assembleia Geral de Aprovação do Relatório e Contas e a Assembleia Geral Extraordinária de alteração dos Estatutos;
Considerando a importância desta última Assembleia e a necessidade de evitarmos o seu atraso, propomos:
que a Assembleia Geral da F.P.C.C.R. de Plenos Poderes à Mesa da A.G. Para elaborar e Tambem aprovar a respectiva acta da Sessão ordinária para a discussão e aprovação do Relatorio e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Exercício do Ano de Dois mil e dois. Digo Dois. ——
Esta Proposta foi Posta à discussão e admitida por unanimidade. — Não havendo Intervenções na sua discussão, ela foi Votada e aprovada Tambem por unanimidade. ——
Com base nesta Proposta, a Mesa da Assembleia Geral fica mandatada Para a Assembleia Geral, Para elaborar e Aprovar a acta desta Sessão. ——
Não havendo mais assuntos em discussão, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos. —
Para que conste se lavrou a Presente acta, que foi achada Conforme e aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia Geral, Com o mandato que esta lhes Conferiu, a qual, Para sua inteira fé e Validade vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários. —

PRESIDENTE

2º SECRETÁRIO José

SECRETÁRIO SUPLENTE

22/03/2003

ACTA
67

- Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de mil e Tris, pelas dezasseis horas reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em sessão extraordinária, na sua sede, sita na Rua da Palma, numero duzentos e quarenta e oito, com a seguinte ordem de Trabalhos:
— Ponto Único — Discussão e aprovação da proposta da Direcção de alteração dos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, de modo a Transformar-se em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto. —
- A Presidência foi ocupada pelo respectivo Presidente da Assembleia Geral - Carlos Fernando Moreira de Carvalho, e secretariado pelo segundo secretário, José Matias Beja, e pelo secretário suplente, Carlos José Sousa Pinto, por Ter faltado, com justificação, o Primeiro secretário. ———
- De seguida, o Presidente declarou aberta a sessão. ———
- Como não havia expediente, nem necessidade de analisar Período antes da ordem de trabalhos, entrou imediatamente nesta. ———
- O Presidente informou que nessa altura estavam inscritas no Livro de Presenças, Vinte federadas. ———
- O Presidente confirmou que Todos os Presentes foi possível um exemplar da Proposta da Direcção, a qual fica em anexo à presente acta. ———
- O Presidente informou que de acordo com o numero um do artigo 17º dos Estatutos as alterações estatutárias Terão de ser aprovadas por Três Quartos dos votos das federadas Presentes. ———
— Em seguida o Presidente pôs à discussão na generalidade a Proposta, dando a Palavra ao Presidente da Direcção para explicação da mesma. ———
— Este Lembrou que estas alterações vêm na sequência do Congresso de Lamego e que correspondem ao empobrecimento da Direcção na sua Concretização. ———
- A Academia Almadense, informou que recebeu Tardiamente

a Proposta de alteração dos Estatutos. ——
— O Ginásio do Alto Rina, informou que o seu Presidente Teve que deslocar-se à Federação afim de levantar a Proposta. —
— A Direção Continua que às Convocatórias foram enviadas, a Todas às federadas no Passado mês de Janeiro, acompanhadas de um ante Projecto de alterações aos Estatutos, o qual Tambem já Tinha sido distribuido na assembleia Geral que se realizou no passado mês de Dezembro. ——
— Não Havendo mais intervenção, a Proposta foi Votada na generalidade e aprovada por Unanimidade, com Trinta Votos a favor. ——
— Em seguida o Presidente Passou à discussão e Votação na especialidade. ——
— Alteração do Título do Capitulo I — não houve intervenção e foi aprovada por unanimidade com Trinta Votos a Favor. —
Artigo 1º — Número um — que será modificado para os números um e dois — após ligeiras intervenções, nomeadamente sobre a hipotese de acrescentar a data desta assembleia Geral, a alteração foi Votada e aprovada por maioria com Vinte seis votos a favor, uma abstenção e nenhum Voto Contra. ——
— ARTIGO 1º Numero Dois — que Passará a numero Três — não houve intervenções e foi aprovada com Trinta Votos a favor. —
— ARTIGO 1º — Número Três e Número Quatro — que se fundem no novo número Quatro — não houve intervenção e foi aprovada com Trinta Votos a favor. ——
— ARTIGO 2º — Introdução não houve intervenção e foi aprovada com Trinta Votos a favor. ——
— ARTIGO 2º — Alínea Nova — que Toma a designação de alínea a) — não houve intervenção e foi aprovada com Trinta Votos a favor. ——
— ARTIGO 2º — Alínea a) — Passa a alínea b) — não houve intervenção e foi aprovada com Trinta Votos a favor, por unanimidade. ——
— ARTIGO 2º — Alínea b) — Passa a alínea c) não houve

intervenções e foi aprovada por unanimidade com, Trinta votos a favor. ———

— ARTIGO 2º Alínea c) — Para Suprimir — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———

— ARTIGO 2º Alínea d) — Houve intervenção sobre a oportunidade desta alteração a qual foi votada e aprovada por maioria, com Vinte e Nove votos a favor, uma abstenção e Sete votos contra. ———

— ARTIGO 2º - Alínea e) — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———

— ARTIGO 2º - Alínea f) — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———

— ARTIGO 2º - Alínea g) — não houve intervenção e a proposta foi aprovada por unanimidade com Trinta votos a favor. ———

— ARTIGO 2º - Alínea h) — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade, com Vinte e Nove votos a favor. ———

— ARTIGO 2º - Alínea i) — não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favor. ———

— Entretanto, entrou na mesa uma Proposta, que se junta no anexo 2 a esta acta, apresentada pela Federada sob o nº seiscentos e oitenta e dois, Clube Recreativo Bairro de Janeiro, no sentido de criar uma nova Alínea j) com a seguinte redacção: "Promover estudos com vista a aprofundar o conhecimento do movimento associativo". ———

— A Direcção deu o seu acordo a juntar esta à sua proposta. —

— A Proposta foi votada para admissão, sendo admitida por unanimidade. Após discussão foi votada e aprovada, por unanimidade, com Vinte nove votos a favor. ———

— ARTIGO 3º — não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade com Vinte e nove votos a favor. ———

— ARTIGO 4º — não houve intervenção e foi aprovada por unanimidade, com Vinte oito votos a favor. ———

— ARTIGO 5º — Para Suprimir, não houve intervenções e foi aprovada por unanimidade com Trinta votos a favor. —

- Capitulo II - Novo Título - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. —
— ARTIGO 6º - Passa a artigo 5º - Número um - não houve intervenções e a Proposta foi aprovado por unanimidade, com Trinta e um votos a favôr. ———
— ARTIGO 7º — Número um - Passa a ARTIGO 5º - Número dois -, não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta e um votos a favôr. ———
— ARTIGO 7º - Número dois - Passa a artigo 5º - Número Três -, Foi sugerido que Tambem um grupo de Associados pudesse fazer Propostas para associados de Mérito, e a Direcção acolhem a sugestão na sua Proposta, acrescentando no fim do Texto " ou de, no mínimo Cinquenta e uma Associados efectivos no Pleno Gozo dos seus direitos". A Proposta, com este Texto incluido foi aprovada por unanimidade, com Trinta Votos a favôr. ———
— Novo Número - Passa a ser ARTIGO 5º - Número Quatro - Tambem foi acrescentado à Proposta o mesmo Texto do Número anterior, e a mesma foi aprovada por unanimidade com Trinta votos a favor. ———
— ARTIGO 8º - Passa a ARTIGO 6º - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. ———
— ARTIGO 9º - Introdução - Passa a ARTIGO 7º - Introdução - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. ———
— ARTIGO 9º - Alínea a) - Passa a ARTIGO 7º - Alíne a) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. ———
— ARTIGO 9º - Alínea b) - Passa a ARTIGO 7º - Alínea b) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. ———
— ARTIGO 9º - Alínea c) - Passa a ARTIGO 7º - Alínea c) - após algumas intervenções a Proposta foi posta à votação e aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. ———

— ARTIGO 9º - Alínea d) — Passa a artigo 7º - Alínea d) — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Trinta votos a favôr. ———

— ARTIGO 9º - Alínea e) - Passa a artigo 7º - Alínea e) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte e Nove votos a favôr. ———

— ARTIGO 10º - Número um - Passa a ARTIGO 8º - NÚMERO ÚNICO - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favôr. ———

— ARTIGO 10º - Alínea a) - Passa a artigo 8º - Alínea a) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte e Nove votos a favôr. ———

— ARTIGO 10º - Alínea b) - Passa a artigo 8º - Alínea b) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte e nove votos a favôr. ———

— ARTIGO 10º - Alínea c) - Para suprimir - houve algumas intervenções no sentido de discordarem desta Proposta de supressão. A Direcção alegou os elevados Custos para enviar às Associadas o Relatório e Contas, Parecer do Conselho Fiscal e orçamento. Posta à votação a Proposta foi rejeitada, com Quinze votos Contra, Doze votos a favor e nenhuma abstenção. ——— VER EXPLICAÇÃO NA ACTA Nº 68

— Assim ficou o TEXTO actual, embora Parte a ARTIGO 8º - Alínea e) -, o qual Teve de ser rectificado substituindo F.P.C.C.R. por C.P.C.C.R.D.. Posta à votação esta alteração foi aprovada Por unanimidade, com Vinte e sete votos a favôr. ———

— ARTIGO 10º - Alínea d) — Passa a artigo 8º - Alínea d), foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor. ———

— ARTIGO 10º - Alínea e) — Passa a artigo 8º - Alínea e) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada Por unanimidade, com Vinte sete votos a favôr. ———

— Nova Alínea, que ficará como artigo 8º - Alínea f) - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com Vinte sete votos a favôr. ———

— ARTIGO 10º - Alínea f) - Passa a artigo 8º - Alínea g), mantendo o mesmo Texto actual. ———

— ARTIGO 10º - Número dois - Para suprimir - não houve intervenções a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. ——

— ARTIGO 11º - Número um - Passa a artigo 9º - houve diversas intervenções sobre esta proposta, em especial sobre o rigor com que as associadas deve ser eliminadas por falta de pagamento de quota. Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria com vinte cinco votos a favor, e duas abstenções e nenhum voto contra. ——

— ARTIGO 11º - Número dois - Para suprimir - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favôr. ——

— CAPÍTULO III - NOVO TÍTULO - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte sete votos a favor. —

— Dado que nesta altura, muitas colectividades manifestaram o desejo de se ausentarem devido ao adiantado da hora, e como ainda faltavam muitos artigos, o Presidente decidiu suspender os trabalhos às dezoito horas e trinta minutos, marcando desde logo a sessão de continuação para o próximo dia cinco de Abril de dois mil e três, pelas catorze horas, no mesmo local. -

— Para que conste se lavrou a presente acta, a qual para sua inteira fé e validade vai ser assinada pelo Presidente e pelos secretários. ——

o Presidente -

o segundo secretário - José Gonçalves Beja

o secretário suplente - Carlos Sá de Sá Pinto

05/04/2003

Extraordinária

ACTA Nº 68

- Aos cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e Três, pelas catorze horas e Trinta minutos, na sua séde, sita na Rua da Palma Número duzentos e quarenta e oito, Reabrimos os Trabalhos da Assembleia Geral extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, para Continuação dos Trabalhos da sessão anterior, estando inscritas, vinte e cinco federadas cujos nomes constam no respectivo livro de Presenças.

— A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo

— Presidente, Carlos Fernando Moreira de Carvalho, pelo segundo secretário, José Matias Beja, e pelo secretário suplente, Carlos José Sousa Pinto, por Ter faltado com justificação o Primeiro Secretário.

— O Presidente da Assembleia reabriu os Trabalhos, pedindo ao segundo secretário para lêr a Acta anterior Número sessenta e sete, a acta foi lida e discutida, sendo sugerido que se acrescentasse a declaração do senhor, Joaquim Marreiros, Presidente da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e do Conselho Fiscal, desta Federação, referindo que não se podia utilizar a justificação da falta de dinheiro para suprimir a alínea e) do Artigo 10º. Com esta Correcção, a Acta foi aprovada por unanimidade.

— Em seguida o Presidente leu o expediente entrado.

— O Presidente entrou na ordem de Trabalhos, dando continuidade à sessão anterior, onde se Tinha ficado no Artigo 12º Actual.

— Artigo 12º passa a artigo 10º - houve imensas intervenções quer da Direcção explicando o motivo da Proposta conter o Congresso e o Conselho Nacional, quer de algumas federadas salientando que o Conselho Nacional deverá ser representativo de Todas as Associadas. Após alguns esclarecimentos da Direcção a Proposta foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor, Três abstenções e nenhum voto contra.

— Aprovada esta alteração houve necessidade de adaptar alguns artigos anteriores, que focavam a Assembleia Geral. Assim

Foram analizados: ——————————

— ARTIGO 5º - Número Três - a Proposta da Direcção entregue nesta sessão não foi alvo de intervenções e foi aprovada por unanimidade, com vinte cinco votos a favôr. ——————

— Futuro ARTIGO 5º - Número Quatro - (Igual à Anterior). -

— Futuro ARTIGO 7º - Alínea a) - (Igual à anterior). —

— Futuro ARTIGO 7º - Alínea c) - houve intervenções indicando que deveria ser o Conselho Nacional a estabelecer o valor da Quota. A PROPOSTA da Direcção, foi votada e aprovada por maioria com vinte votos a favor, Dois votos Contra e Quatro abstenções. ——————

— FUTURO ARTIGO 8º - Alínea a) - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade com vinte seis votos a favôr. ——————

— FUTURO ARTIGO 8º - Alínea c) - (Igual ao anterior), — concluída a analise deste artigo, o Presidente voltou à ordem inicial, colocando à discussão o ARTIGO 13º. ——————

— ARTIGO 13º Número um - Passa a artigo 11º - Número um - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte seis votos a favor. ——————

— ARTIGO 13º - Número Dois - Passa a Artigo 11º - Número Dois - houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por maioria com vinte cinco votos a favôr, e uma abstenção e nenhum voto contra. ——————

— ARTIGO 13º - Número Três - Passa a artigo 11º - Número Três - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade com vinte seis votos a favôr. ——————

— Novo Número Quatro - não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte seis votos a favôr. ——————

— O Presidente da Assembleia sugeriu à Direcção e à Assembleia que o número quatro do futuro ARTIGO 20º - passe para número cinco do futuro Artigo 11º -, porque diz respeito a Todos os Orgãos Sociais. A Assembleia esteve de acordo e este número foi posto à discussão e votação,

Tendo obtido vinte cinco votos a favôr, foi aprovada por unanimidade. ——

— CAPÍTULO IV – TÍTULO – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte cinco votos a favôr. ——

— ARTIGO 11º – Número um – Passa a ARTIGO 12º – Número um – não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte cinco votos a favôr. ——

— ARTIGO 14º – Número dois – Passa a artigo 12º – Número Dois – (igual ao anterior). ——

— Entretanto a federada Número um, Academia Recreio artístico, entregou uma nova Proposta para alterarem os números Três e quatro, Tendo a mesma sido admitida por unanimidade, Posta às discussão e votação, o Número Três foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favôr Três abstenções e um voto contra, o número quatro embora Tenha Tido dezasseis votos a favor Três abstenções e quatro votos contra, não reunin os Três quartos necessários para ser aprovado. ——

— ARTIGO 15º – Passa a artigo 13º – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e Três votos a favôr. ——

— ARTIGO 16º – Passa a ARTIGO 14º – após várias intervenções, com sugestões de outros Períodos para Convocação do Congresso, a Direção decidiu alterar a Proposta do mínimo de quinze dias para o mínimo de Trinta dias. a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favôr. ——

— ARTIGO 17º – Número um – Passa a artigo 15º – Número um – não houve intervenções, e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favôr. ——

— ARTIGO 17º – Número dois – Passa a ARTIGO 15º – número Dois – (igual ao anterior) –. ——

— ARTIGO 18º – Alínea a) – Suprimir – não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favôr. ——

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

— ARTIGO 18º - Alínea b) - Seguinte - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— ARTIGO 18º - Alínea c) - Passa a ser Todo o Texto do NOVO ARTIGO 16º -, que terá um número único -, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatros votos a favor. ———
— ARTIGO 19º - Passa a ARTIGO 17º - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— ARTIGO 19º - Alínea a) - Passa a ARTIGO 17º - Alínea a) -, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. —
— Alínea Nova que será Alínea b) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— ARTIGO 19º - Alínea b) - Passa a ARTIGO 17º - Alínea c) -, não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ——
— ARTIGO 19º - Alínea c) - Passa a artigo 17º - Alínea d) -, houve diversas intervenções defendendo que o conselho fiscal não deveria solicitar a Convocação do Congresso, mas a proposta acabou por ser aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, uma abstenção e um voto contra. ——
— ARTIGO 19º - Alínea d) - Passa a ARTIGO 17º - Alínea e) - não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— CAPITULO V - NOVO Titulo -, não houve intervenção e a proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor. ———
— ARTIGO 20º - Passa a artigo 18º - houve uma Proposta da federada número cento e onze, Sociedade Musical União do Beato, que foi admitida por maioria com duas abstenções e cinco votos contra, mas que acabou por não reunir os três quartos necessários na votação, uma vez

que teve doze votos a favor, duas abstenções e oito votos contra.-
— A proposta da Direcção acabou por ser aprovada por maioria com vinte votos a favor, duas abstenções e nenhum voto contra.-
— CAPITULO VI - Manteve-se texto inicial. ——
— ARTIGO 21º - Passa a artigo 19º - houve diversas intervenções sobre a composição da Direcção e uma proposta do Clube Campismo Concelho de Almada, esta proposta foi admitida por maioria, com quatro votos contra e duas abstenções, após várias intervenções o delegado desta federada decidiu retirar a proposta, o que a Assembleia aceitou e entregá-la a Direcção tendo em vista o Regulamento Geral Interno. ——
— A proposta da Direcção foi votada e aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
— Dado que nesta altura, muitas colectividades manifestaram o desejo de se ausentarem devido ao adiantado da hora, e como ainda faltavam muitos artigos, o Presidente decidiu suspender os trabalhos às dezanove horas e quinze minutos, marcando desde logo a sessão de continuação para o próximo dia doze de Abril de dois mil e Três, pelas catorze horas, no mesmo local.-
— Para que conste se lavrou a presente acta, a qual para sua inteira fé e validade vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-

O Presidente - [signature]
O segundo secretário - José [signature]
O secretário suplente - [signature]

ACTA Nº 69

— Aos Doze Dias do Mês de Abril do Ano de Dois mil e Três pelas catorze horas e Trinta minutos, na sua sede sita na Rua da Palma número Duzentos e Quarenta e oito, Reabriram os Trabalhos da Assembleia Geral extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, para Continuação dos Trabalhos da Sessão Anterior estando inscritas inicialmente Cinquenta federadas, cujos nomes Constam no Respectivo Livro de Presenças. ——

— A Mesa da Assembleia Geral foi Constituida Pelo. —

— Presidente - Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Pelo Segundo Secretário - José Matias Beja - e Pelo secretário Suplente - Carlos José Santa Pinto. ——————

— O Presidente da Assembleia recebeu os Trabalhos, pedindo ao segundo Secretário para ler a acta anterior número Cessenta e oito, da Sessão anterior. ——————

— A Acta foi Lida e discutida, tendo Sugerido que se Clarificasse a redacção "igual ao anterior" que figura no futuro Artigo 5º - Número Quatro, futuro Artigo 7º - Alínea a), Artigo 14º - Número Dois e Artigo 17º - Número Dois. Essa Clarificação é a Seguinte: ——————

— FUTURO ARTIGO 5º - NÚMERO Quatro — não houve intervenções, e a proposta foi aprovada por maioridade com Vinte Cinco Votos a Favor. ——————

— FUTURO ARTIGO 7º — Alínea a) — não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por maioridade, com Vinte Cinco Votos a favor. ——————

— ARTIGO 14º — Número Dois — Passa a Artigo 12º — Número Dois — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por maioridade, com Vinte Cinco Votos a favor. —

— ARTIGO 17º — Número Dois — Passa a artigo 15º — Número Dois — não houve intervenções e a proposta foi aprovada por maioridade, com Vinte e Quatro votos a favor. —

— Com estas clarificações, a ACTA Número Sessenta e oito foi aprovada por maioridade. ——————

— Como não havia expediente, o Presidente entrou imediatamente na ordem de Trabalhos, dando continuidade à Sessão Anterior, na qual se tinha ficado no actual artigo 22º. ——

—— ARTIGO 22º - Para suprimir - após várias intervenções referindo que, pelo menos, a alínea a) - se deveria manter, a Proposta foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, uma abstenção e um voto Contra. ——

—— ARTIGO 23º - Para suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ——

—— ARTIGO 24º - Para suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ——

—— ARTIGO 25º - Para suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ——

—— ARTIGO 26º - número um - Passa a ARTIGO 20º - número um - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. ——

—— ARTIGO 26º - número dois - Passa a ARTIGO 20º - número dois, com o mesmo Texto actual. ——

—— ARTIGO 26º - número Três - Passa a ARTIGO 20º número Três - após várias intervenções, a Direcção aceitou substituir Conselho Nacional por Congresso, na sua Proposta. A Proposta, com esta Correcção foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. —

—— ARTIGO 26º - número Quatro - já Tinha sido discutido e votado na sessão anterior, uma vez que foi integrado no Futuro ARTIGO 11º - número Cinco. ——

—— ARTIGO 27º - Passa a ARTIGO 21º - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. -

—— ARTIGO 28º - Para suprimir - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. -

—— ARTIGO 29º - a Proposta era para passar a ARTIGO 22º, - com Três números - no decorrer da discussão, a Direcção decidiu reunir os números um e dois num único número um, com o seguinte Texto. ——

——"A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto obriga-se com as assinaturas Conjuntas

do Presidente e do Tesoureiro ou nos seus impedimentos, de um dos Vice-Presidentes e do Vice-Tesoureiro". esta Proposta Consta do anexo número seis a esta acta. ———————
—— o Futebol Clube monte Pedral entregou uma Proposta, que figura em anexo número sete a esta acta. A Proposta foi admitida por unanimidade. O Independente futebol clube Torreense, Também apresentou uma Proposta, que figura em anexo número oito a esta acta, a qual foi admitida por unanimidade, após discussão os Subscritores destas duas Propostas decidiram retirá-las, o que obteve o acordo da Assembleia Geral. ———————
—— Finalmente a Proposta da Direcção foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. ———————
—— A Proposta inicial que Tinha o número Três passou assim a número dois e Também foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a Favor. ———————
—— Capítulo VII - manteve-se igual ao actual. ———————
—— Artigo 30º — Passa a Artigo 23º —, com o mesmo Texto actual. —
—— Artigos 31º, 32º, 33º, 34º e 35º — Todos para Eliminar — não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo a Proposta aprovada por unanimidade com dezassete votos a favor. ———————
—— Capítulo VIII — Para alterar o seu Título para " do Conselho Nacional" — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade com dezassete votos a Favor. ———————
—— Artigo 36º — Passa a Artigo 24º — Com quatro números. ——
—— Número um — após discussão houve uma proposta da federada número um, Academia Recreio Artístico que figura em anexo número Nove a esta acta. e que foi admitida por maioria com dois votos Contra, após discussão, foi colocada à votação sendo derrotada por Treze votos Contra, dois votos a favor e nenhuma abstenção. De seguida, o Presidente pôs a Proposta da Direcção à votação, sendo aprovada por maioria, com catorze votos a Favor, dois votos Contra e nenhuma abstenção. ———————
—— Número Dois — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade. Com dezoito votos a Favor. ———————
—— Número Três — não houve intervenção e a Proposta foi

aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— NÚMERO quatro – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— ARTIGOS 37º, 38º e 39º – Todos para suprimir – não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo a proposta aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— CAPÍTULO IX – para alterar o seu Título para " das Estruturas Descentralizadas " – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— ARTIGO 40º – Passa a ARTIGO 25º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. –
—— ARTIGO 41º – Passa a ARTIGO 26º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— ARTIGO 42º – Passa a ARTIGO 27º – não houve intervenções e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— ARTIGO 43º e 44º – ambos para suprimir – não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo a proposta aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— ARTIGO 45º – A proposta era para passar a ARTIGO 28º –, com dois Números – sobre o número um, não houve intervenção e a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. ——
—— Número dois – foram apresentadas duas propostas, uma da federada Número um, Academia Recreio Artístico, que figura no anexo número dez a esta acta, e outra da federada número cento e onze, Sociedade Musical União do Beato, que figura em anexo número onze, a esta acta, ambas foram admitidas por maioria com uma abstenção, após a discussão o proponente da Primeira Proposta, a federada número um, retirou-a, o que não teve qualquer objecções da assembleia Geral, ficando assim só a proposta da Direcção e a proposta da federada número cento e onze. ——
—— Esta ultima Proposta foi posta à votação e derrotada com doze votos contra, cinco votos a favor e nenhuma abstenção. –
—— A Proposta da Direcção foi de seguida posta à votação, obtendo treze votos a favor, cinco votos contra e nenhuma abstenção. –

— Apesar deste Votação, a Proposta Também não foi aprovada, pois não obteve os Três quartos de votos necessários estatutáriamente, uma vez que Tal exigiria no mínimo catorze votos a favor. —
— Assim o novo ARTIGO 28º - Terá um único número, que Corresponde ao número um Proposto e aprovado. —
— CAPÍTULO X e ARTIGOS 46º 47º 48º e 49º Todos para Suprimir — não houve intervenções e foram votados em conjunto, sendo aprovados por maioridade, Com dezoito votos a favor. —
— CAPÍTULO XI - Passa a Capítulo X-, Com o mesmo Título actual
— ARTIGO 50º - Número Um - Passa a ARTIGO 29º - Número um - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a Favor. —
— ARTIGO 50º - Número Dois - Passa a ARTIGO 29º - Número Dois - não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, com dezassete votos a Favor. —
— ARTIGO 50º - Número Três - Passa a ARTIGO 29º - Número Três -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a Favor. —
— Número Novo - Fica ARTIGO 29º - Número Quatro -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a Favor. —
— ARTIGO 50º - Número Quatro - Passa a ARTIGO 29º - Número Cinco -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. —
— ARTIGO 50º - Número Cinco - Passa a ARTIGO 29º - Número Seis -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, com dezassete votos a Favor. —
— ARTIGO 51º - Para Suprimir -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. -
— ARTIGO 52º - Passa a ARTIGO 30º -, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, com dezassete votos a favor. -
— ARTIGO 53º - Passa a ARTIGO 31º - Com dois Números -, O Número Um, não Teve intervenções e a Proposta foi aprovada por maioridade, Com dezassete votos a favor. —
— O Número Dois Também não Teve intervenções e a

Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XII – Passa a CAPITULO XI –, Com o mesmo Titulo actual. –
—— ARTIGO 54º – Número Um – Passa a ARTIGO 32º – Número Um – na discussão foi sugerido pela Academia Almadense, que em vez de "os Bens e outros Utensílios que Guarneçam a Sede," se considerasse "os Bens em universais" ? A Direcção da federação aceitou alterar a sua Proposta nesse sentido, pelo que a mesma foi votada com essa modificação. Tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, um voto contra e nenhuma abstenção. ——
—— ARTIGO 54º – Número Dois – Passa a ARTIGO 32º – Número Dois – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XIII – Passa a CAPITULO XII –, Com o mesmo Titulo actual
—— ARTIGO 55º – Número Um – Passa a ARTIGO 33º – Número Um – não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— ARTIGO 55º – Número Dois – Passa a ARTIGO 33º – Número Dois –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— ARTIGO 55º – Número Três – Passa a ARTIGO 33º – Número Três – não houve intervenções e a Proposta foi Aprovada por unanimidade, com dezassete votos a Favor. ——
—— ARTIGO 55º – Número Quatro Para Supimir –, não houve intervenções e a Proposta Foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. –
—— ARTIGO 55º – Número Cinco – Passa a ARTIGO 33º – Número Quatro –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a Favor. ——
—— CAPITULO XIV – Passa a CAPITULO XIII –, com o mesmo Titulo actual. ——
—— ARTIGO 56º – Passa a ARTIGO 34º –, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——
—— CAPITULO XV – Passa a CAPITULO XIV –, Com o mesmo Titulo actual. ——
—— ARTIGO 57º – Número Um – Passa a ARTIGO 35º – Número

Ponto —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— ARTIGO 57º — Número Dois — Passa a ARTIGO 35º — Número Dois —, a Direcção decidiu alterar a sua Proposta para "as despesas são as que resultam do exercício das suas actividades, em cumprimento dos Estatutos, do Regulamento Interno e das disposições que lhe sejam impostas por Lei". Houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— CAPITULO XVI — Passa a CAPITULO XV —, com o mesmo Título actual. —

—— ARTIGO 58º — Passa a ARTIGO 36º —, com Três números. ——

—— Número Um — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— Número Dois — não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— Número Três — não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— CAPITULO XVII — Passa a CAPITULO XVI, com o mesmo Título actual.

—— ARTIGO 59º — Passa a ARTIGO 37º —, com Dois Números. ——

—— Número Um —, não houve intervenção e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— Número Dois —, não houve intervenções e a Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor. ——————

—— Chegados a este Ponto, o secretário Suplente comunicou que se teria de ausentar, para poder apanhar o Comboio para a Covilhã, pelo que o Presidente convidou para o seu lugar a Senhora DONA Maria Batista do Grupo Folclore estrelinhas do Sul, o que obteve o acordo da própria e da assembleia. ——————

—— NOVO CAPITULO XVII — "DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS", com o novo ARTIGO 38º —, foram discutidos em conjunto, havendo diversas sugestões. A Direcção decidiu alterar a sua Proposta para:

—— "No Período que decorrerá desde a legalização destas alterações aos estatutos até à eleição dos orgãos Sociais da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, os actuais membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal manter-se-ão em Funções, Elaborarão o Regulamento Geral Interno

e convocará o Congresso para a sua discussão e aprovação e promulgará as Eleições para os novos orgãos Sociais, assim como dará posse aos novos Eleitos, o que deverá acontecer até Trinta e um de Março do ano de dois mil e quatro".

—— Esta Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor.—

—— Assim ficam concluido o Trabalho de discussão e aprovação das alterações aos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, de modo á que se transforme em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto. ——

—— Em anexo a esta acta figurará como anexo número Catorze o Texto Completo dos Estatutos da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

—— Antes do Presidente informar que ia ser elaborada a acta, a federada número onze, Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense- "os Penedenses" apresentou uma Proposta.

PROPOSTA

—— 1- Considerando o adiantado da hora e os Compromissos que Alguns Dirigentes Presentes nesta Assembleia Têm ainda hoje nas suas Colectividades;

—— 2- Considerando a especificidade, a extensão e o laborioso Trabalho necessários à Elaboração da acta desta Terceira Sessão da Assembleia Geral Extraordinária.

—— Propomos à Assembleia Geral que dê Plenos Poderes à Mesa da Assembleia Geral, para Elaborar e aprovar a acta desta Terceira Sessão da Assembleia Geral Extraordinária para a alteração dos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio para a Criação da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

—— Esta Proposta foi admitida por unanimidade, foi posta á discussão, não havendo intervenções e foi finalmente aprovada por unanimidade.

—— Com a aprovação desta Proposta a Mesa da Assembleia Geral ficou com Plenos Poderes para aprovar esta acta.

—— Não havendo mais assuntos em discussão, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a mesma, eram dezoito horas.

— Para que conste se lavrou a presente acta, que foi achada conforme e aprovada por unanimidade pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, com o mandato que esta lhes conferiu e para sua inteira fé e validade vai ser assinada pelo Presidente e Pelos Secretários. ———————

— Em Tempo: Folha número quarenta e oito – linha número dezoito – deve ler-se artigo 26º – Número um – Passa a artigo 20º – Número um – não havendo intervenções e a proposta. ———————

— Folha quarenta e nove — verso ~~linha~~ seguir a proposta, deve incluir-se " com a substituição de associações de federados por estruturas descentralizadas. ———————

— Folha número cinquenta – verso linha seis – entre Regulamento e interno deve incluir-se Geral. ———————

— Folha cinquenta e uma linha dez – em vez de anexo número catorze deve ler-se anexo número doze. –

o Presidente

o segundo secretário José Inácio

o secretário Suplente

Declara-se que a data da Assembleia Geral Extraordinária, terminada no dia 12 de Abril de 2003, foi a última que se realizou relativamente à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, que em 31 de Maio de 2003 se passou a denominar Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Lisboa, 5 de Março de 2004

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

001

Termo de Encerramento

Este livro com cem folhas, numeradas e rubricadas, servirá de livro de Actas da Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, sitiada na Rua da Palma, em Lisboa.

Lisboa, 5 de Março de 2003

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

IVT
127